

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LV

FLORIANÓPOLIS, 17 DE OUTUBRO DE 2006

NÚMERO 5.644

15ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE
Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO
Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
Valmir Comin
3º SECRETÁRIO
José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Celestino Secco

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Rogério Mendonça

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**

Líder: Antônio Ceron

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Francisco de Assis

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Clésio Salvaro

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Afrânio Boppré

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Nilson Nelson Machado

**PARTIDO SOCIALISTA
BRASILEIRO**

Líder: Sérgio Godinho

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello - Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Francisco de Assis
Gelson Merísio
Moacir Sopelsa
Afrânio Boppré
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Vice Presidente
Djalma Berger
Vânio dos Santos
Altair Guidi
Nelson Goetten
Afrânio Boppré
Rogério Mendonça
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Paulo Eccel - Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
José Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Romildo Titon
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori - Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Luiz Eduardo Cherem
Genésio Goulart
Moacir Sopelsa
Gelson Merísio
Mauro Mariani
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Vânio dos Santos - Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Afrânio Boppré
José Carlos Vieira
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Clésio Salvaro
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira - Dentinho - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Romildo Titon
Odete de Jesus
Djalma Berger
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva - Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira - Dentinho
Mauro Mariani
Jorginho Mello
Nilson Nelson Machado
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merísio - Presidente
Wilson Vieira - Dentinho - Vice Presidente
Gilmar Knaesel
Antônio Carlos Vieira
Altair Guidi
Genésio Goulart
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho - Presidente
Vânio dos Santos - Vice Presidente
Gilmar Knaesel
Nelson Goetten
Francisco de Assis
Reno Caramori
Rogério Mendonça
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Onofre Santo Agostini - Presidente
Ana Paula Lima - Vice Presidente
Joares Ponticelli
Luiz Eduardo Cherem
Simone Schramm
Sérgio Godinho
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Djalma Berger - Presidente
Ana Paula Lima - Vice Presidente
Reno Caramori
Gelson Merísio
Francisco de Assis
Nilson Nelson Machado
Antônio Aguiar
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Romildo Titon - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Joares Ponticelli
Antônio Ceron
Gilmar Knaesel
Paulo Eccel
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Celestino Secco - Presidente
Vânio dos Santos - Vice Presidente
Cesar Souza
Simone Schramm
Luiz Eduardo Cherem
Moacir Sopelsa
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro - Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira - Dentinho
Cesar Souza
Antônio Aguiar
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1666
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 082ª Sessão Ordinária da
15ª realizada em 11/10/2006.....2

Atos da Mesa

Atos da Mesa9
Ato da Presidência DI.....9
Ato da Mesa DI.....9

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria.....10
Atas das Comissões
Permanentes10
Mensagem Governamental.....
.....12
Ofícios.....13
Projeto de Emenda
Constitucional.....13
Projetos de Lei.....14
Portarias Dat15
Portarias16

P L E N Á R I O

ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2006 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As nove horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Eduardo Cherem - Francisco de Assis - Genésio Goulart - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Lício Silveira - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Agradece a votação recebida para a reeleição e elogia a administração descentralizada de Luiz Henrique da Silveira na região da Amurel.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Manifesta seu apoio a Esperidião Amin e Lula e discorda da posição do presidente estadual do PSB, Antônio Carlos Sontag.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Procedo à leitura de carta do coordenador da campanha da coligação Salve Santa Catarina ao presidente do PSB catarinense.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Comenta as denúncias publicadas na *IstoÉ* contra os ex-ministros da Saúde José Serra e Barjas Negri.

Partidos Políticos

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Registra a liberação de R\$ 48 milhões para obras na BR-282.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Fala sobre a reunião do PL e do apoio à candidatura de Esperidião Amin.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Reporta-se à liberação de verbas para as obras da BR-282.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Manifesta-se a respeito da expressiva aceitação de Luiz Henrique para o segundo turno.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Parabeniza o deputado João Henrique Blasi pelo pronunciamento que faz.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se aos atos do presidente Lula com relação à liberação de verbas.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (aparte) - Enaltece o presidente Lula.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Fala sobre o apoio recebido do PL para o segundo turno em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Genésio Goulart, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sr. presidente, srs. deputados, funcionários desta Casa, nossos queridos telespectadores da TV Assembléia e ouvintes da Rádio Assembléia, eu gostaria de dizer da minha satisfação de estar nesta tribuna mais uma vez.

Queremos, inicialmente, agradecer a Deus por ter nos dado mais esta oportunidade de estar aqui novamente, nesta Casa, representando o nosso povo catarinense; pelos 33.328 mil votos de confiança e, com certeza, de coração que recebemos; e ao nosso partido, o PMDB, aos nossos familiares, aos nossos amigos e aos nossos filiados que nos deram, mais uma vez, a oportunidade de, com a nossa reeleição, estar aqui no ano que vem. Realmente, esses votos que recebemos foram votos de confiança, e não por pressão, votos comprados.

Fizemos uma campanha bonita, assim como foi bonito o nosso trabalho nesses três anos e pouco deste nosso mandato. O povo teve esse reconhecimento mais uma vez e, graças a Deus, deu-nos a oportunidade de estar aqui novamente para representar o nosso povo catarinense, em especial o povo da região da Amurel que representamos.

Foi uma campanha difícil, complicada, com muita pressão e com ameaças. Mas, graças a Deus, superamos tudo isso, tendo a recompensa e o reconhecimento de Deus, que nos deu, mais uma vez, a vitória.

Temos certeza de que, com a experiência que estamos tendo como deputado neste nosso primeiro mandato e com a votação que levamos na última eleição, o nosso compromisso, a nossa responsabilidade, vai dobrar porque teremos que dar o retorno por essa confiança, através de muito de trabalho. E graças a Deus foi sempre isso que fizemos.

Eu sempre tenho dito que está sendo muito bom, deputado João Henrique Blasi, ser deputado neste primeiro mandato, tendo como governador o nosso querido amigo Luiz Henrique da Silveira, uma pessoa que sempre nos atendeu muito bem. A nossa região foi muito bem servida e 100% dos pedidos que encaminhamos da região da Amurel foram atendidos pelo governo.

Estamos muito felizes de estar aqui em nosso primeiro mandato representando a região da Amurel e o nosso povo, porque, com certeza, estamos fazendo a nossa parte e dando a nossa contribuição. O nosso governador sempre nos atendeu muito bem. Inclusive, às vezes alguns colegas de partido criticavam, dizendo que ele atendia prefeitos que não eram do PMDB e sim do PP e de outros partidos. Mas o governador sempre disse que era um governador por Santa Catarina e que não iria discriminar ninguém. E foi esse trabalho que o nosso governador fez, junto conosco, dando atenção para todos os municípios de Santa Catarina.

Na região da Amurel, que eu represento, não foi diferente. Com a atenção que foi dada para todos os municípios daquela região, com certeza os prefeitos de outros partidos também ficaram contentes, pois o governador ajudou bastante, diferente de governos passados.

Inclusive, quando fui prefeito de Tubarão, praticamente fui proibido de vir a Florianópolis, ninguém me atendia, não tinha para onde ir. E foi diferente o que Luiz Henrique, como governador, fez para todos os prefeitos de Santa Catarina. Temos feito contato com frequência com todos os prefeitos, mesmo com os de oposição e eles têm elogiado o governador. Na semana passada falei com um prefeito de um partido de oposição da minha região, e ele me disse: "Deputado, eu sou de um partido de oposição, mas não fiz campanha radical contra o candidato Luiz Henrique porque ele me ajudou bastante. Eu tenho o meu candidato, mas não fiz pressão em ninguém para tirar o voto do candidato Luiz Henrique."

Então, isso também é um reconhecimento do trabalho que o ex-governador Luiz Henrique fez na nossa região, dando essa atenção ao nosso povo querido. Inclusive, até na imprensa, às vezes, eu tenho dito: "Se nós, aqui na região da Amurel, deixamos de fazer alguma coisa, que alguém ligue para a rádio, questione-me e chame-me de mentiroso". Graças a Deus, até hoje ninguém fez isso, e tenho certeza de que foi porque tudo aquilo que o nosso então governador Luiz Henrique, hoje nosso candidato à reeleição, prometeu, ele cumpriu.

Muitas coisas boas estão acontecendo na região da Amurel. No ano que vem será inaugurado o Aeroporto Regional de Jaguaruna, o segundo aeroporto de carga do Brasil; será concluída a duplicação da BR-101, um compromisso do governador com o presidente da República e que, graças a Deus, está sendo cumprido; o porto de Imbituba,

considerado o maior do Brasil, está sendo ampliado; quanto às obras de pavimentação asfáltica da região da Amurel, do sul do estado - região que representamos -, algumas já foram concluídas e inauguradas, outras ainda estão em andamento; há verbas para hospitais muito bem distribuídas; foram destinadas verbas e atenção à educação, principalmente na nossa região. Eu tenho certeza de que o governador fez isso por toda Santa Catarina.

Portanto, para mim, foi muito importante ser deputado neste período em que o ex-governador Luiz Henrique da Silveira administrou Santa Catarina, pelo apoio, atenção e dedicação que sempre teve pela nossa região e por toda Santa Catarina. Falo mais da região da Amurel porque a represento.

Queremos agradecer ao nosso ex-governador Luiz Henrique da Silveira por tudo que ele fez e que, com certeza, irá continuar fazendo pela nossa Santa Catarina, principalmente para a região da Amurel que nós representamos. Se Deus quiser, nós, juntamente com os nossos parceiros do sul do estado, com os meus colegas deputados Joares Ponticelli, Julio Garcia, Ronaldo Benedet, Manoel Mota e Clésio Salvaro, vamos continuar dando atenção ao nosso povo querido.

Temos certeza de que o nosso governador, que sempre nos deu atenção, irá continuar dando porque é uma pessoa que nos transmite segurança e cumpre aquilo que diz. Quando é feito algum pedido ao governador Luiz Henrique da Silveira e ele logo dá uma resposta dizendo que vai fazer, que vai dar certo, a pessoa pode ficar certa de que a coisa vai acontecer; quando ele fala que é impossível, que não vai dar, a pessoa pode esquecer porque, com certeza, ele não tem condições de atender. O ex-governador Luiz Henrique da Silveira é uma pessoa que nos transmite segurança e confiabilidade e isso, graças a Deus, dá-nos muito crédito para que possamos continuar como representantes no Legislativo catarinense, na nossa região e em toda Santa Catarina.

Gostaríamos de agradecer novamente por todo o apoio que tivemos dos nossos companheiros, dos colaboradores e de todos aqueles que nos deram, mais uma vez, o voto de confiabilidade para que continuássemos aqui representando a nossa região.

A votação que tivemos foi muito gratificante, e temos certeza de que foi uma votação de reconhecimento, de confiança e do coração porque fizemos um lindo trabalho junto com o nosso governador. O apoio que ele nos deu nas Secretarias de Desenvolvimento Regional, na descentralização, foi muito importante - este é um governo perto da população - e facilitou bastante a nossa comunicação.

Para finalizar, eu gostaria de agradecer à Justiça Eleitoral, na pessoa do sr. Júlio Knoll, da nossa região, pelo trabalho e atenção que ele deu na véspera e no dia da eleição, com toda a sua equipe, orientando os candidatos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Sérgio Godinho, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, membros da mesa, venho à tribuna no dia de hoje para manifestar aqui a minha posição como deputado estadual do PSB, Partido Socialista Brasileiro, com relação ao apoio que estou dando, primeiramente em meu nome, à candidatura ao segundo turno do governo do estado.

Fiz ontem um manifesto, que enviei para todas as lideranças, para toda a imprensa, da minha posição, que é minha e também da maioria dos membros do PSB. A maioria dos membros do PSB, srs. deputados, vai apoiar, por proposição e decisão nossa, a candidatura de Esperidião Amin no segundo turno ao governo do estado.

Eu vou ler aqui um manifesto que fizemos a todo estado de Santa Catarina, colocando as razões que nos levaram, deputado Joares Ponticelli, a apoiar o nosso governador Esperidião Amin.

(Passa a ler)

"O Partido Socialista Brasileiro se encontra, no estado de Santa Catarina, diante de um momento decisivo. Mais uma vez nosso nome, nossa sigla, nosso passado e nossa história estão sendo colocados a serviço de interesses estranhos à causa socialista. E desta vez, além desses estranhos interesses, o Partido Socialista Brasileiro está sendo posto a serviço da direita e de suas oligarquias.

Sem consultar a militância socialista, o presidente estadual do PSB, Antônio Carlos Sontag, comprometeu o partido ao declarar apoio ao candidato do PMDB, do PFL e do PSDB, Luiz Henrique da Silveira. Este mesmo Luiz Henrique que apóia e faz campanha abertamente para Geraldo Alckmin.

O Partido Socialista Brasileiro tem posição. Desde o primeiro turno apóia LULA para presidente. Por motivos desconhecidos, a candidatura de Sontag já não se empenhou na eleição de LULA desde o primeiro momento. E agora, no momento decisivo do segundo turno, além de não apoiar LULA, Sontag ainda declara apoio e voto em um candidato comprometido com o candidato do neoliberalismo e das privatizações, o candidato da direita, Luiz Henrique.

Sontag tomou essa decisão à revelia das instâncias partidárias. Não realizou convocação formal da Executiva Estadual, não convocou o líder do PSB na Assembleia Legislativa, Deputado Sérgio Godinho, não realizou reunião do Diretório Estadual, não realizou um processo de consulta aos Diretórios Municipais, Vereadores e demais lideranças socialistas. Carece, portanto, de legitimidade política e, do ponto de vista da legalidade partidária, seus atos são nulos.

Diante desses fatos, só resta uma alternativa para aqueles que querem se manter coerentes com a história do PSB; só resta uma alternativa para aqueles que não aceitam e não assistirão calados ao PSB se transformar em mais um 'bom negócio': resistir, lutar, indignar-se e se levantar contra esta tentativa de desvio dos compromissos históricos dos socialistas.

Por isso, o Deputado Sérgio Godinho, juntamente com dezenas de lideranças do PSB em todo o estado, declara sua posição de apoio à candidatura de AMIN para governador de Santa Catarina, e reafirma o apoio à candidatura de LULA para presidente.

O PP apóia LULA em praticamente todo o Brasil, e embora AMIN não tenha declarado abertamente apoio ao LULA, sua candidatura não tem impedido aqueles filiados, lideranças e prefeitos do PP - e são muitos - de apoiar LULA. Além disso, sua candidatura não sustenta e não serve de palanque para Geraldo Alckmin - ao contrário da candidatura de Luiz Henrique.

Por isso, a candidatura de AMIN é a que mais pode contribuir, objetivamente, para atingir o objetivo principal do Partido Socialista Brasileiro neste momento: a reeleição do presidente LULA.

Conclamamos todos os dirigentes partidários, vereadores, lideranças populares, filiados que não concordam com esse posicionamento pessoal de Sontag que adotem

e referendem a posição da maioria dissidente. Agora é a hora de fazermos ser ouvida a voz da militância socialista, dos dirigentes partidários, dos homens e mulheres que constroem, de fato, o PSB em Santa Catarina.

Deputado Sérgio Godinho, líder do PSB.”[sic]

Com este manifesto do PSB, srs. deputados, enviado a todos os membros do PSB de Santa Catarina, nós declaramos que somos dissidentes da posição do nosso presidente, que declarou, ontem, voto ao governador.

Não entendemos, srs. deputados, por que essa declaração sem ouvir e sem reunir o partido. Foi uma decisão pessoal e respeitamo-la. Mas conclamamos o entendimento de todos de que essa decisão é pessoal e não do Partido Socialista Brasileiro de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre deputado, quero cumprimentá-lo pela coragem, pela atitude, e dizer que se v.exa. não entende a posição do seu presidente, nós entendemos. E peço permissão a v.exa. para ler rapidamente a resposta da carta endereçada pelo candidato Sontag ao candidato ao governo Esperidião Amin, que foi respondida na tarde de ontem.

(Passa a ler)

“Senhor Carlos Sontag

Tenho em mãos, em nome da Coligação Salve Santa Catarina, sua correspondência na qual são listadas sugestões para nosso governo e solicitados os seguintes cargos:

1. Secretaria de Estado (a definir);
2. Presidência e Diretoria Financeira do DETER/SC e suas Regionais;
3. Presidência e Diretoria Financeira do INMETRO/SC e suas Regionais;
4. Presidência e Diretoria Administrativa da CIASC;
5. Presidência e Diretoria Financeira da Central de Compras;
6. Secretaria Regional de São José;
7. Secretaria Regional de São Miguel do Oeste;
8. Secretaria Regional de Criciúma;
9. Secretaria Regional de Canoinhas;
10. Diretoria Financeira da CELESC;
11. Disponibilização para indicação pelo PSB de 50 (cinquenta) cargos comissionados regionais de nível DAS-3.”

Esse foi o pedido do dr. Sontag ao candidato a governador Esperidião Amin.

(Continua lendo)

“Quanto às proposições, teremos grande prazer em atender sugestões programáticas sobre temas de interesse de Santa Catarina e de todos os Catarinenses.

Mas, tendo em vista o descalabro moral, financeiro e administrativo que vive a administração pública de nosso Estado, não podemos assumir compromisso com os cargos solicitados.

Entendemos, inclusive, que o outro candidato é afeito a tais transações, nem sempre honradas e cumpridas.

Respeitosamente

(a)CELESTINO ROQUE SECCO

Coordenador Geral da Campanha Salve Santa Catarina”[sic]

A nossa coligação negou o pedido ao dr. Sontag. E não entendemos por que esse interesse pelas diretorias financeiras. Parece que ele tem um time de especialistas em assuntos financeiros. Certamente o outro candidato concedeu e talvez isso explique o apoio.

Por isso, parabéns, deputado Sérgio Godinho, pela sua atitude corajosa, despreziosa, porque v.exa. não apresentou nenhuma solicitação de cargo, do ponto de vista imoral como esse que o dr. Sontag apresentou.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Srs. deputados, Salve Santa Catarina, eu acho que essa expressão é forte, importante neste momento. Nós convivemos no governo de Luiz Henrique da Silveira e sabemos que os compromissos não são geralmente assumidos por esse governador. Essa motivação que nós levou a esse posicionamento é por entender que Esperidião Amin seria uma maneira de salvar Santa Catarina dessa unanimidade de coligações que não ataca nenhum parlamentar, mas creio que essa unanimidade não vai contribuir para Santa Catarina, haja vista que aqui na Assembléia, teremos a maioria apoiando o governo. Todos os projetos serão aprovados aqui como se fosse um rolo compressor. Não teremos o contraditório, não teremos oportunidade de voto, não teremos oportunidade de discutir e contestar aquilo que o governador quer fazer.

Então, será uma coisa fantástica para Luiz Henrique da Silveira se ele for reeleito. Precisamos ter aqui algo que possa representar Santa Catarina e não precisamos dessa unanimidade. Se tivermos a unanimidade, talvez nem precisemos da Assembléia Legislativa para fiscalizar o estado, para aprovar as mudanças que o governo quer fazer, as mudanças que fez aqui, que a maioria aprovou, como o aumento de taxas com relação à Segurança Pública, que fez com que a carteira de motorista hoje custasse cerca de R\$ 800,00!

Que governo é este que inviabiliza a um cidadão fazer uma carteira de motorista? Se tivermos a reeleição de Luiz Henrique as coisas vão piorar, porque tudo vai acontecer aqui a favor do seu governo e contra a sociedade catarinense.

Então, a vitória de Esperidião Amin vai proporcionar uma esperança de termos aqui um debate democrático, para termos aqui alguém para discutir, para levar a discussão, porque ele não terá maioria nesta Casa. Em outros governos ele não teve e conseguiu fazer um bom governo do estado.

Eu queria concluir essa minha manifestação dizendo dessa nossa posição, que é da maioria do PSB, que é a de apoiar aquilo que entendemos ser melhor para Santa Catarina, em consonância com a posição nacional que é apoiar o presidente Lula e, conseqüentemente, apoiando outro candidato que não seja Esperidião Amin, nós estaríamos na contramão da história da decisão política do nosso país, que é o PSB apoiando Lula. E nós aqui estamos apoiando Lula e apoiando o governador Esperidião Amin, que esperamos que seja vitorioso.

Toda a militância do partido fará o possível, deputado Joares Ponticelli e lideranças do PP, para somar, para ajudar, para que tenhamos efetivamente um estado democrático, para que não tenhamos essa vergonha que estamos vendo, ou seja, todos se aliando àquele que já ganhou. E ver, vergonhosamente, o pedido de secretarias feito pelo nosso partido, através do presidente, sem a concordância dos dirigentes, coisa da qual nós não participamos, pois não pedimos nada, apenas apoiamos, por entender ser melhor para Santa Catarina a eleição de Esperidião Amin.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Inscrito para falar o sr. deputado Dionei Walter da Silva, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e cidadãos que nos acompanham, quero, inicialmente, cumprimentar o deputado Sérgio Godinho pela sua decisão de apoiar o presidente Lula, numa demonstração de coerência com o seu partido em nível nacional. O PSB é um grande aliado do governo federal e nesses tempos de tantas traições, de falta de fidelidade partidária, nesse aspecto quero cumprimentar o deputado Sérgio Godinho.

Quero dizer também que nós acompanhamos, desta tribuna e de outras tribunas pelo país afora, muita gente lendo, mostrando e trazendo a revista *Veja*, quando ela é desfavorável ao governo federal.

E eu, então, gostaria de trazer aqui a revista *IstoÉ*, de 20 de setembro, já não é desta semana - e até esperava que um outro deputado talvez trouxesse esse tema para a tribuna - cuja capa diz:

(Passa a ler)

“Os Vedoin acusam Serra. ‘Quando Serra era ministro, foi o melhor período para nós’. Os donos da Planam, Darci Vedoin e seu filho Antônio, que pilotaram a máfia das ambulâncias, denunciam o envolvimento do ministro da Saúde, governador eleito de São Paulo, José Serra.”[sic]

Deputado Sérgio Godinho, nós não vemos isso estampado na imprensa, nas discussões dos afoitos por investigação, querendo saber se isso é verdadeiro ou não.

Na página central diz:

(Continua lendo)

“Na época do Serra era mais fácil, a confiança de pagamento era tão grande, que entregávamos os carros antes da liberação do dinheiro.”[sic]

“Liberações em 2002

Das 891 ambulâncias comercializadas pela Planam entre 2000 e 2004, 681, ou 70% do total, tiveram verbas liberadas até 2002, dentro do período de gestão de Serra e Barjas Negri.”[sic]

Barjas Negri foi o sucessor de Serra.

E no corpo da matéria pode-se ler o seguinte:

(Passa a ler)

“As relações de Serra e Barjas Negri são estreitas. O atual prefeito de Piracicaba tem enorme trânsito junto à cúpula tuana. Esteve com Serra no ministério do Planejamento, foi secretário executivo do ministério da Saúde, ministro da Saúde e, antes de se eleger prefeito de Piracicaba, em 2004, ocupou o cargo de secretário de Habitação do estado de São Paulo, do governador e hoje candidato Geraldo Alckmin.”[sic]

Num dos trechos da entrevista a revista perguntou:

(Continua lendo)

“IstoÉ - Os senhores estiveram reunidos pessoalmente com o ex-ministro José Serra alguma vez?

Darci - No ano de 2001 estivemos com ele em dois eventos no Mato Grosso. Um na capital e outro em Sinop.

IstoÉ - É natural e até dever de um ministro da Saúde participar de eventos para a entrega de ambulâncias. O ministro sabia que nos bastidores daqueles eventos havia esquema de propinas?

Luiz Antônio - Era nítido a todos.

Darci - Posso te afirmar que as emendas quando eram destinadas para esses eventos saíam ainda mais rápido.

IstoÉ - Como o Abel entrou nesse esquema?

Darci - Foi no final de 2002. Eles haviam perdido a eleição e, em nome do ministro, o Abel nos procurou. Eu fui a São Paulo, conversei com ele no aeroporto e ele

pediu um valor para poder liberar uma série de recursos. Queria 10% de tudo o que eu viesse a receber. Acabamos negociando e fechamos a 6,5%. No mesmo dia ele perguntou quais os estados que eu queira que ele liberasse. Respondi que seria o Mato Grosso e Alagoas. Três dias depois o dinheiro estava na conta das prefeituras.

IstoÉ - Quanto isso representou em reais?

Darci - O compromisso é que ele liberaria o que fosse entrando. E tudo o que nós pedimos foi liberado. Quando o dinheiro saía do ministério e antes de chegar às prefeituras nós fazíamos os depósitos nas contas indicadas pelo Abel. Essa é a documentação que entregamos agora à CPI e à Justiça.

IstoÉ - O Abel se encontrava com os senhores para indicar para quem e em qual conta deveriam ser feitos os depósitos?

Darci - No final de 2002, nós ficávamos juntos em Brasília. Ele ia ao ministério, liberava o recurso e passava para mim dizendo o que era para ser feito.

IstoÉ - O Abel dizia qual seria o destino do dinheiro?

Luiz Antônio - Falava que era para o ministro."[sic]

Eu acho que temos que investigar tudo. A Polícia Federal tem que investigar, sim, o governo federal, mas temos que investigar desde o começo, deputado Pedro Baldissera. Se para acusar o ministro da Saúde, Humberto Costa, serve a palavra dos Vedoin estampada numa revista, por que não serve contra Serra, contra Barjas Negri?

São dois pesos e duas medidas! E é o que falei anteriormente: partidos que apontam o dedo, deputada Ana Paula, apenas quando são atos feitos por um adversário, mas quando é um correligionário, quando é um aliado, aí é pluminha, vamos abafar, vamos jogar para debaixo do tapete, como fizeram nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso.

Eu já recuperei e trarei na próxima semana as capas da revista *Veja* - já que gostam dessa revista - que trazem os escândalos do governo Fernando Henrique Cardoso. E todos eles, deputado Pedro Baldissera, sem exceção, foram para debaixo do tapete. Nenhuma CPI foi instalada, porque o governo não deixou, a Polícia Federal não investigou, o procurador-geral da República, apelidado de engavetador-geral da República, nenhuma denúncia fez.

Trarei na próxima semana todas as capas! E se a *Veja* é tão verdadeira como dizem hoje, por que não era na época? Será que a revista mudou ou mudaram as pessoas e o senso de acusação, que quando é para adversários vale e quando é para aliados não vale.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o deputado Onofre Santo Agostini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, sras. deputadas, imprensa, funcionários desta Casa.

Deputado João Henrique Blasi, não tenho procuração para defender Antônio Sontag, mas, por dever de consciência e pela amizade que tenho com este cidadão, sou obrigado aqui discordar de pontos colocados pelo ilustre líder do PSB.

É claro que não tenho que me meter em assunto do partido que não me diz respeito, mas eu não estou cego, mudo e surdo, porque assisti, ontem, pela televisão, à entrevista concedida pelo Sontag, que estava sentado com 18 membros do seu partido. E ele disse para toda Santa Catarina que tinham decidido apoiar, por maioria absoluta, o governador Luiz Henrique. Foi o que ele disse pela televisão. Eu não sou cego nem sou surdo, eu escutei ele dizer, pela televisão, com todas as letras, que os 18 membros do partido decidiram, por maioria absoluta, apoiar Luiz Henrique da Silveira.

Por mim eles podem apoiar quem quiserem! Agora, afirmar isso aqui da forma como foi afirmado, acho que se está cometendo uma injustiça a uma liderança nova que surge em Santa Catarina. As urnas mostraram isso.

Portanto, é esse o motivo pelo qual eu vim aqui discordar do que foi dito aqui. Se ele reivindicou os cargos, é um direito que ele tem! É um direito que o partido tem reivindicar cargos. Qual é o partido que não deseja fazer parte do governo em troca do seu apoio? É natural! Isso é da democracia! Isso faz parte das coligações. Agora, o que não podemos aceitar é a afirmação de que Sontag tomou uma decisão isolada. Eu vi a sua manifestação pela televisão e acredito que todos os catarinenses também viram.

Eu não estou aqui para me envolver em assunto que não diz respeito ao meu partido; não tenho que me envolver nisso. Eu apenas me manifestei aqui a respeito desse assunto pela amizade que tenho com o Sontag, pela competência dessa jovem liderança que está surgindo em Santa Catarina. E as urnas mostraram isso. Por isso vim aqui fazer essa defesa ao meu amigo.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Deputado, eu respeito a sua opinião e até o parabenizo por ser tão defensor de um amigo seu. Acho que v.exa. demonstra amizade, e ele deve estar feliz com esse pronunciamento, mas ele não é o presidente do partido que faz as coisas corretas com relação ao que diz o partido. Não houve convocação. A maioria das pessoas que estavam nessa mesa de reunião eram, inclusive, do PTB. Não havia membros da coligação, havia três ou quatro funcionários dele, deputado Joares Ponticelli, que ganham salário dele e são membros da Executiva. Então, não é verdade essa colocação.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - V.Exa. não me está chamando de mentiroso?

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Não, deputado!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Então, v.exa. está chamando de mentiroso a televisão?

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. disse que ele falou que a maioria do partido...

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Ele disse: por 18 votos.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Deputado, ele faltou com a verdade, porque quem estava lá não eram membros do diretório estadual nem da Executiva estadual. Eu quero parabenizá-lo por defendê-lo, mas não é verdade o que ele mostrou. Ele não fez convocação da Executiva, não houve discussão da Executiva e não concordamos com essa lista que ele fez aqui ao governador, porque para nós é uma coisa que fere muito a sigla do Partido Socialista Catarinense.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado Sérgio Godinho, eu vou discordar mais uma vez de v.exa.

Eu aprendi uma coisa com o meu pai, deputado Sérgio Godinho: o maior defeito do ser humano é a ingratidão! E lá na minha terra tem outro nome, deputado Pedro Baldissera: é aquele que come e vira o cocho.

Eu aprendi com o meu pai que o maior defeito do ser humano é a ingratidão. Eu não posso aceitar essa afirmação de que o Sontag seja mentiroso. Ele não é! Eu conheço o Antônio Sontag. Ele é um homem de bem, é um homem direito, correto, é um homem que se revelou numa das grandes lideranças de Santa Catarina.

Por isso a minha defesa em favor de Antônio Sontag.

Mas, deputado Sérgio Godinho, eu não vou polemizar, porque não é problema meu nem do seu partido.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Por que v.exa. quer dizer que eu virei o cocho?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Não estou falando de v.exa.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. falou isso.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu disse que o maior defeito do ser humano é comer e virar o cocho.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. está defendendo um amigo, e isso é questão interna do partido, que v.exa. não tem conhecimento. V.Exa. está se metendo onde não deve.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - É verdade. Como v.exa. também está se metendo onde não deve.

Aliás, eu achava, deputado presidente, que o deputado Sérgio Godinho viria aqui hoje alegre e feliz como eu estou, como o povo serrano está, como a região serrana está, porque finalmente foi aprovada a liberação das obras da BR-282. Era isso que eu esperava aqui: a euforia do povo serrano, do povo do oeste, do meio-oeste; que ele viria para cá feliz como eu estou, como o deputado Romildo Titon está, como tantos deputados estão, que lutaram, como v.exa. lutou, por essa obra que ficou engavetada ao longo da história, desde 1999. Mas depois de um esforço concentrado da bancada catarinense - e aqui quero fazer justiça à senadora Ideli Salvatti, ao senador Leonel Pavan, aos deputados federais Ivan Ranzolin e Fernando Coruja, a essas figuras que lutaram ontem, o dia inteiro, juntamente com o relator da matéria, o senador do Pará, para desenterrar o sapo que estava enterrado na BR-282 -, foram finalmente liberados os recursos para a realização dessa obra! Agora nós podemos acreditar na realização do sonho do povo serrano, do povo do oeste e do meio-oeste, que é a conclusão da BR-282. Até que enfim! A aprovação para a liberação das obras da BR-282 nos deixa muito feliz!

Era isso que eu queria trazer hoje, aqui, quarta-feira, à sociedade de Santa Catarina, principalmente à região serrana. Porque nós, que tanto defendemos aquela região, lutamos muito, sem fazer demagogia, pela BR-282. E isso está estampado no Correio Lageano, em data de 11 de outubro, p. 56.

Eu tentei falar, ontem, muitas vezes, pelo telefone com o deputado Ivan Ranzolin, com o deputado Fernando Coruja e com o senador Leonel Pavan, mas eles diziam que não podiam me atender porque estavam em reunião tratando de um assunto muito importante para Santa Catarina, que é a aprovação da liberação das obras da BR-282, ou seja, a liberação dos R\$ 48 milhões que nós tanto precisamos para a conclusão dessa obra de tanta importância para o nosso estado.

(Passa a ler)

"As obras do trecho entre São José do Cerrito/Campos Novos, da BR-282, estão embargadas desde 1999. O embargo ocorreu através do Tribunal de Contas, que constatou superfaturamento da obra.

No ano passado, através de um trabalho do Ministério Público Federal, de Lages, uma negociação com a empreiteira ARG abriu a possibilidade de cancelamento do embargo e liberação de recursos. E ontem foi votada a liberação do decreto, e depois de sete anos a rodovia voltará a ter recursos disponíveis para a conclusão de mais um trecho.

O processo depende agora da publicação da votação em Diário Oficial e da autorização do presidente para a liberação do dinheiro".

Agora, sim, nós temos certeza de que esta obra será liberada.

(Continua lendo)

"O deputado Fernando Coruja ressaltou que agora é preciso trabalhar para que seja feito o empenho do dinheiro, mas garante que o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, prometeu empenhar este ano pelo menos a metade do dinheiro para viabilizar a retomada da obra.

A aprovação do decreto legislativo que autoriza a execução orçamentária, física e financeira das obras da BR-282 foi assinada pelo senador Siba Machado, que foi o relator do ato.

Ivan Ranzolin informou que a aprovação aconteceu por volta das 16h, e foi por unanimidade, mas para que isso acontecesse houve a necessidade de se fazer um trabalho de adesão dos parlamentares. 'Fiquei aqui o tempo todo pedindo para que as pessoas participassem e votassem a favor do decreto', disse Ivan Ranzolin. 'A obra estará 100% liberada na questão técnica', completou.

A senadora Ideli Salvatti esclarece que o atraso na votação foi por causa da troca de relatores e que o próximo passo para a liberação da verba é a publicação no Diário Oficial." [sic]

Por isso, estou feliz, deputado Pedro Baldissera. E nós, serranos, nós, do oeste, do extremo oeste, estamos felizes e, por que não dizer, Santa Catarina e o Brasil estão felizes com essa decisão tão importante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PL.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, ilustre colega deputado Lício Silveira, nosso amigo de longa data, integrantes da mesa, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, deputada mais votada da nossa coligação, e isso me orgulha muito, porque ontem ouvi uma pessoa falar que o estado de Santa Catarina é um estado feminino porque tem no seu nome um nome de mulher - Catarina - e que a mulher está sempre na frente de tudo. Mas eu quero me adiantar, porque o tempo é curto e eu falo muito pausadamente, pois sou uma pessoa calma.

Ontem à noite foi realizada uma reunião, e aproximadamente 98% dos liberais do estado de Santa Catarina apoiaram a coligação Salve Santa Catarina. Eu não sou, como presidente do Partido Liberal, dona da sigla. Eu abri o assunto para debate, para apreciação, e consultamos todos os presidentes municipais, porque, saliente, não sou dona do partido!

Eu não tomo decisão isolada, decisão sozinha. Eu consultei todos os liberais do nosso estado. É uma questão de ética, de respeito às pessoas, aos presidentes. Mas houve casos de alguns prefeitos que não estiveram envolvidos nem no primeiro turno, são os chamados corpos estranhos.

Vocês vão ler nos jornais a respeito dessas pessoas que tomam decisões isoladas, como alguns vereadores, como certo prefeito que nunca foi liberal, que nunca foi do PL, que convidamos a procurar o seu rumo. Aliás, srs. deputados, ele apoiou um candidato a deputado estadual de outra sigla! Então, como é que ele pode ser um liberal? Assim sendo, ele tem que seguir o seu rumo. Eu o convido a seguir o seu rumo, porque nós temos que estar unidos. Casa dividida não subsiste! Casa dividida não tem força!

Ontem, para que v.exas. tenham uma idéia - e v.exa., deputado Joares Ponticelli, lá esteve, ao meu lado -, tivemos a presença do candidato ao governo Esperidião Amin. Foi o primeiro que me procurou. E eu consultei os demais membros do partido, não tomei decisão isolada. Eu não tomo decisão isolada. Eu não sou dona do partido e quero que a imprensa divulgue isso. Eu consulto as minhas bases.

Recebi apoio de todos os candidatos que concorreram a deputado estadual, a deputado federal. Tive o apoio de todos. Somente alguns municípios não nos apoiaram: São José do Cedro (o presidente de São José do Cedro não nos apoiou, está isolado) e mais um outro município.

Então, srs. deputados, volto a salientar que é uma questão de respeito e de ética. Eu respeito todos os colegas parlamentares e sempre fui muito respeitada. Então, eu também gostaria de ser respeitada pela decisão do meu Partido Liberal. Foi uma decisão do partido, e gostaria de dizer que continuamos com a mesma harmonia e salve Santa Catarina. Que Deus abençoe a todos!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Socialista Brasileiro.

Com a palavra o deputado Sérgio Godinho, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, funcionários da TVAl e desta Casa, assomo à tribuna neste horário para citar a conquista maravilhosa que a serra catarinense obteve com a aprovação, na comissão Mista do Orçamento, da liberação de R\$ 48 milhões para a continuidade das obras de São José do Cerrito até a cidade de Vargem, de Vargem até a BR-470 e depois, lá no final do estado, na cidade de São Miguel a Paraíso.

Então, é uma conquista de todos os catarinenses, porque é a obra mais importante do estado de Santa Catarina. Se olharmos no mapa, veremos a extensão dessa obra que corta o estado no sentido longitudinal, passando por todas as cidades importantes do estado, ligando a Argentina e fazendo parte desse corredor bioceânico central que pode levar até o Chile em questão de horas, fazendo uma interligação e a efetivação do Mercosul. Com a BR-282 ligada à Argentina, teremos realmente uma integração direta dos países da América do Sul, proporcionando a efetivação da ligação cultural, da ligação entre as pessoas, bem como a ligação comercial, econômica de todos esses países.

Então, foi feita a liberação desse recurso do Orçamento de R\$ 48 milhões que eu diria que tem o mérito do governo federal. Faltava apenas a parte burocrática que era um decreto legislativo para retirar esse dinheiro do Tesouro Nacional e colocá-lo à disposição do Deinfra e este repassá-lo para a empresa ganhadora dessa licitação, a qual vai dar continuidade às obras.

Estamos felizes, porque hoje temos esse recurso em caixa para poder dar continuidade à obra e também porque tive a oportunidade, durante o meu mandato, de participar ativamente da BR-282, junto com o deputado Romildo Titon, que é um batalhador na área, e pudemos ver a conclusão da ligação Lages/São José do Cerrito, onde hoje falta apenas alguns alargamentos de pista, mas não se pisa mais no chão. Hoje o carro passa só pelo asfalto. Saímos de Lages e vamos até São José do Cerrito pelo asfalto, graças à liberação do dinheiro do governo federal, que concluiu a obra com a participação do governo do estado de Santa Catarina.

Então, fui até combatido quando citei que deveríamos ter fé e esperança, porque iríamos concluir essa obra que é uma luta de mais de 200 anos, mas tínhamos que ter fé e esperança, porque a cada ano se conseguia avançar um pouco mais. E conseguimos.

Hoje vemos a BR-282 concluída no trecho Lages/São José do Cerrito e damos início a uma nova etapa, ou seja, a ligação de São José do Cerrito até a BR-470, passando pela cidade de Vargem, e no extremo oeste a ligação de São Miguel d'Oeste até Paraíso. Essa obra tão importante, tão falada, tão discutida e muitas vezes criticada e expressada aqui por muitos com uma atitude de revolta, porque não se conseguia a sua conclusão, culpando muitas vezes os políticos por não terem atingido esse objetivo ou achando que certos políticos não queriam que fosse concluída para não atrapalhar o desenvolvimento dessa ou daquela cidade.

Portanto, repito que tenho fé e esperança de que logo teremos a conclusão da BR-282. O trecho Lages/São José do Cerrito até a BR-470 está com a pavimentação praticamente pronta, sendo fácil a conclusão, principalmente de Vargem até a BR-470, onde a pavimentação está praticamente pronta. Basta apenas o reinício do que foi deteriorado pelo tempo, mas creio que será uma obra mais fácil de fazer. Já no trecho de São José do Cerrito até Vargem, deputado Valmir Comin, as obras deverão ser iniciadas desde a base, do início de todo o trabalho de máquina.

Parabenizo aqui o governo federal, agradecemos aos parlamentares catarinenses, deputados Ivan Ranzolin e Fernando Coruja, que participaram ativamente da pressão. Enviamos, através desta Casa, em nome de todos os deputados, uma moção a todos os deputados federais e aos senadores que fazem parte da comissão Mista, solicitando que eles não faltassem, que contribuíssem. E após duas reuniões sem quórum, nessa reunião eles participaram e aprovaram esse decreto legislativo que possibilita a liberação de recursos.

Obrigado a todos aqueles que entenderam, a todos os parlamentares que participaram dessa moção pedindo que houvesse quórum, conclamando os parlamentares que participassem mesmo após...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) -

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PFL.

(Pausa)

Não havendo deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o deputado João Henrique Blasi, por até quinze minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o que nós estamos a assistir hoje aqui na Assembléia e o que repercutem os jornais deste dia muito se assemelha a um enredo de novela, quem sabe, em que um homem enamorado busca loucamente pela mulher amada, a quem faz todas as juras de amor, mas ela, negando-se a desposá-lo, no dia seguinte ele muda todo o seu sentimento e passa a desqualificar publicamente aquela a quem ele, no dia anterior, havia feito todas as juras de amor.

É exatamente esse o quadro, é exatamente esse o enredo que nós estamos vendo hoje, aqui, pelas intervenções feitas há pouco, e é o que, estamos lendo, repercutem os jornais de grande circulação no estado de Santa Catarina.

Um candidato, que passou para o segundo turno, buscou o apoio entre todos aqueles que participaram com ele no processo do primeiro turno, não tendo conseguido esses apoios, aqueles a quem ele ontem elogiava, enaltecia e tecia elogios públicos, hoje, pelo fato de terem feito outra opção, já não mais servem, já não mais têm qualidades. Ora, é preciso que haja um mínimo de coerência. Valem ou não valem aqueles apoios? Ou só valem as qualidades daqueles candidatos se tivessem feito aquela opção e não a que efetivamente fizeram?

Cabe aqui uma pergunta: como pode um candidato pretender agregar novos apoios, se ele não consegue sequer manter o apoio de velhos aliados? Eu penso que é algo que não tem precedentes na história de Santa Catarina! Alguém que já governou o estado em duas oportunidades, teve consigo, ao seu lado, durante quatro anos, dois vice-governadores, e onde estão hoje, em termos de apoio político, esses dois ex-governadores do sr. Esperidião Amin? A quem está apoiando o ex-vice-governador Victor Fontana? A quem está apoiando o ex-vice-governador Paulo Bauer? Ao sr. Esperidião Amin, de quem foram vice, de quem estiveram lado a lado, repito, há quatro anos no exercício do poder? Não! Fizeram outra opção, vislumbraram uma nova perspectiva, conheceram um novo caminho.

Então, deputado Peninha, como pode alguém pretender somar novos aliados se sequer consegue manter o apoio daqueles que um dia a ele aliados foram? Quer dizer, então, que se o PSB e se o PDT estivessem apoiado o sr. Esperidião Amin, aí estaria tudo certo? Aí não haveria nenhum tipo de crítica? Quer dizer, então, que apoiar Amin seria um gesto republicano e apoiar Luiz Henrique, pelo que foi dito, beira o fisiologismo. Essa é a lógica de quem se pretende o dono da verdade. Essa é a lógica para quem com relação a ele tudo é correto e com relação ao seu adversário tudo é errado.

Na verdade, o que se verifica é que o desespero ronda as hostes adversárias. A se considerar o apoio explícito de apenas um daqueles que concorreram ao cargo de governador no pleito do dia 1º de outubro, parece que estamos na iminência de ver reeditada em Santa Catarina aquela velha dupla caipira, Alvarenga e Ranchinho.

É preciso, no processo político, que haja serenidade. É preciso que no processo político haja coerência. Não é admissível que a verdade de hoje não seja mais a mesma verdade amanhã. Não é possível que eu faça um elogio hoje a alguém e amanhã, pelo simples fato de que esse alguém não veio junto comigo e no meu projeto, eu procure desqualificar publicamente essa pessoa. E não é outro o fato senão esse, o que estamos vivenciando agora. Essa é a realidade daquele que se pretendia o dono da verdade e que vê, a cada dia, desmoronar o seu castelo de areia.

A cada dia que passa a sedimentação de apoios em favor da candidatura de Luiz Henrique é algo efetivo. E por isso o desespero, por isso a tentativa de desqualificação de todos quantos expressam publicamente esse tipo de apoio.

O importante, no entanto, é que na verdade o ex-governador Luiz Henrique, que eu nunca me canso de repetir e faço questão de reafirmar, foi o único, deputado Peninha, entre os 16 governadores deste país candidatos à reeleição, que teve, aí sim, o gesto republicano de renunciar ao seu mandato. Nem o presidente da República isso fez! E continua para cima e para baixo, no Aerolula, com todas as vantagens e mordomias inerentes ao cargo de presidente da República, confundindo, como ele próprio já confessou, a condição de candidato com a condição de chefe do Executivo.

O nosso candidato, deputado Peninha, foi o único a ter essa atitude, que nunca foi engrandecida aqui, pela Oposição, porque dela não se pode esperar o mínimo gesto de reconhecimento, em função de uma atitude como tal. O que se vê é o desfile cotidiano, diário, de críticas infundadas, de um requestrar de velhos assuntos que não colaram perante a opinião pública, mas que aqui, todos os dias, se faz um esforço mais do que hercúleo para buscar mantê-los na ordem do dia.

Enquanto isso os dias passam, a eleição se aproxima, e com certeza haveremos de consolidar o resultado ainda mais importante, ainda mais expressivo do que foi aquele colhido no primeiro turno, com uma diferença histórica superior a marca dos 500 mil votos.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Ouço o eminente deputado Peninha, nosso líder da bancada do PMDB.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Sr. deputado João Henrique Blasi, gostaria de parabenizá-lo por suas colocações, mas antes, se me permite, quero parabenizá-lo pela sua eleição, uma eleição bonita. E muitos até colocavam em dúvida a possibilidade da sua reeleição frente a outras candidaturas aqui, na Grande Florianópolis. Mas com certeza para o Parlamento é muito bom a sua eleição, assim como para o PMDB é muito bom. E v.exa. realmente surge como uma grande liderança do PMDB na Grande Florianópolis e no estado de Santa Catarina. Meus parabéns, justiça se fez a esse grande parlamentar!

Em relação ao governador Luiz Henrique v.exa. tem toda a razão. É um grande estadista, uma pessoa que realmente sabe o que faz, afastou-se do governo, de todos os seus atos, que nós até num determinado momento contestávamos. E hoje vemos que fez acertadamente, inclusive, as coligações com todos os partidos. Eu mesmo fui um crítico da coligação, porque achava que daria prejuízo ao nosso partido, mas hoje vemos que não. Então, todas as atitudes dele estão sendo corretas. E hoje, a maioria dos partidos que concorreram como nossos adversários no primeiro turno estão vindo se somar a nós, ao Luiz Henrique, nesse seu belíssimo projeto de Santa Catarina.

Portanto, sabemos que a sociedade catarinense praticamente já definiu. Temos pesquisas internas que demonstram o crescimento da candidatura do Luiz Henrique, com uma diferença cada vez maior. Portanto, consolidada veio a eleição de Luiz Henrique no segundo turno.

Evidentemente que os nossos adversários estão ainda tentando, de alguma forma, mudar o resultado, mas essa maneira com que estão fazendo política cada vez mais enterra a possibilidade de terem alguma chance no segundo turno.

V.Exa. tem total razão. Luiz Henrique sabe o que faz, está fazendo correto e vai fazer muito melhor ainda nos próximos quatro anos.

Parabéns, deputado João Henrique Blasi!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Peninha, quero agradecer a intervenção de v.exa. e quero agradecer, em primeiro lugar, as palavras que me foram dirigidas, que com certeza brotam da bonomia que é característica da personalidade de v.exa., quando registra o feito de haveremos retornado a esta Casa. E quero retribuir com igual manifestação, também dizendo da minha satisfação pessoal pela recondução de v.exa. com uma expressiva votação, como aliás imaginávamos que seria, pela sua condição de um deputado integrado às raízes da sua região eleitoral, um deputado que fundamentalmente atualizou o seu nome e que tem na labuta do dia-a-dia a marca do seu trabalho como um deputado que, por essa razão, granjeou o respeito de mais de 50 mil eleitores do nosso estado e que carimbou, digamos assim, o passaporte para dar continuidade a mais um mandato, o terceiro de v.exa., aqui nesta Casa. E muito prazerosamente estaremos juntos ao longo do próximo mandato.

Quero então, sr. presidente, concluindo a minha manifestação, dizer que após a eleição tenho tido a oportunidade de me dedicar a recuperar um pouco o tempo de leitura e aconselharia a muitos, quem sabe, a todos, neste momento político que estamos vivendo, que é muito efervescente, que é muito permeado por manifestações de caráter emocional, em que a razão, via de regra, cede espaço à emoção. Então, tomo a liberdade de sugerir o livro que nesses dias estou lendo, de Norberto Bobbio, *Elogio da Serenidade*.

Muito obrigado, sr. presidente. (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores. Este deputado havia sido nomeado para falar, mas pela impossibilidade perguntaria à deputada Ana Paula Lima se gostaria de fazer uso da palavra no horário reservado ao Partido dos Trabalhadores.

(A deputada Ana Paula Lima aquiesce.)

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, realmente o livro que o deputado João Henrique Blasi mencionou desta tribuna é para ler, releer e colocar na cabeceira para fazer as nossas consultas diárias.

Sr. presidente, um deputado que também me antecedeu mencionou várias personalidades que se empenharam para a liberação de recursos da tão sonhada obra da BR-282. Sonhada por todos os catarinenses, não só pelas pessoas que moram na região serrana, mas, por que não dizer, por todos os brasileiros que circulam por ela. Houve promessas de vários e vários governantes que não cumpriram o prometido.

S.Exa. mencionou várias personalidades. Elogiou personalidades nacionais do Congresso Nacional, da Assembléia Legislativa, que sempre fizeram a defesa dessa obra e que se empenharam para que pudessem ser liberados os recursos. Mas ele se esqueceu de mencionar, sr. presidente, sra. deputada e srs. parlamentares, a personalidade maior que teve a coragem de fazer isso, que foi o presidente Lula, deputado Sérgio Godinho. O presidente Lula proporcionou não só a liberação dos recursos para a BR-282, mas também para a BR-101, trecho sul, uma obra grandiosa que está sendo executada; para as obras de manutenção também da BR-101; para as obras de manutenção da BR-470; e teve também a coragem de deixar a marca registrada do Besc como um banco público, do povo catarinense, além de várias obras de infra-estrutura, como o Samu, o Luz para Todos e os investimentos em diversos municípios, no Vale do Itajaí, nas regiões

norte, sul e oeste de Santa Catarina, que receberam obras do governo federal. Nunca o estado de Santa Catarina recebeu tantos recursos como está recebendo do governo do presidente Lula, nesses três anos e dez meses do seu mandato. Ele quer dar continuidade a isso tudo que vem fazendo, não só nas obras de infraestrutura, mas nas obras sociais também.

Sr. presidente, o nosso presidente Lula sempre fez uma campanha ética, decente, evitando até falar mal dos seus adversários e fazendo propostas para o nosso Brasil. E quero mencionar aqui a decisão de uma juíza do Rio Grande do Sul, chamada Ângela Maria Silveira, da 2ª Zona Eleitoral de Porto Alegre, que determinou, no último domingo, dia 8, a busca e apreensão de adesivos ofensivos ao presidente Lula.

Sempre comentamos no microfone desta Casa, sr. presidente, que temos que fazer uma campanha limpa, que respeite o ser humano, em primeiro lugar. E a juíza tomou essa decisão. Os adesivos estavam sendo distribuídos pelo PSDB, no centro da capital gaúcha. O material, srs. parlamentares, traz o desenho de uma mão aberta com apenas quatro dedos, dentro de um círculo atravessado por uma tarja de proibição.

Então, é dessa forma que o PSDB faz campanha, querendo desonrar um trabalhador brasileiro que perdeu o seu dedo numa máquina, quando era metalúrgico no ABC paulista! É dessa forma preconceituosa, sr. presidente, sra. deputada e srs. parlamentares, que estão usando esse adesivo, e não é só contra o presidente Lula, não! Isso é uma forma discriminatória, preconceituosa, contra todos os portadores de deficiência física, contra todos os trabalhadores que perderam um membro do seu corpo trabalhando nas indústrias do nosso Brasil! É assim que essa gente age: de forma discriminatória, como na época da ditadura militar, em que eles não gostavam do povo humilde e trabalhador.

Inclusive, aqui na capital e em várias cidades do estado de Santa Catarina esse adesivo ainda aparece nos carros. Quero avisar aos senhores e às senhoras que colocaram esse adesivo que ele não é só contra o presidente Lula - e não é dessa forma que se faz campanha -, mas que também é contra todos os portadores de alguma deficiência física, contra trabalhadores e trabalhadoras. É dessa forma que estão usando esse adesivo, para fazer a discriminação!

Também queremos dizer, sr. presidente, que nós, do Partido dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina, também vamos lançar um adesivo, como fez o Partido dos Trabalhadores no estado do Paraná. Somos contra qualquer tipo de preconceito. Nós somos Lula porque ele nunca discriminou ninguém, nunca discriminou nem branco nem negro nem índio. Ele sempre fez a política certa para todos: para o rico, para o pobre, para o miserável e também para todos os portadores de necessidades especiais.

Nunca um governo investiu tanto nos movimentos sociais; nunca um governo liberou tanto dinheiro para diversas obras no estado de Santa Catarina e no nosso Brasil! E eu não admito, sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, fazerem política dessa forma, ofendendo o ser humano, ofendendo homens e mulheres de bem do nosso país e ofendendo um governante de um país grandioso como o nosso. O Lula é um fenômeno nacional e internacional, e aonde quer que vá é sempre bem recebido, porque tem as políticas para a maioria do nosso povo.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputada, quero cumprimentá-la pelo pronunciamento porque, efetivamente, os adversários, como não possuem uma proposta diferente daquela feita pelo Fernando Henrique, que levou o país para onde levou, vêm agora com esse ataque rasteiro, preconceituoso e com esses chavões decorados, como nós vimos no debate, por parte do adversário do Lula.

O presidente conseguiu desestabilizar simplesmente perguntando o que eles iriam fazer, qual era a proposta que eles tinham, por exemplo, na questão da privatização. Porque eles não escrevem que vão privatizar. O Fernando Henrique também não escreveu que iria privatizar. Mas no programa do PFL está escrito isso, o estado mínimo, e que a iniciativa privada tem que gerenciar todas as atividades da economia.

Com relação à questão do Bolsa Família, eles dizem que vão continuar, mas todas as suas lideranças no Congresso Nacional, no Senado, em especial, durante todo o governo Lula, sempre disseram que era um programa eleitoral. Então, se o Bolsa Família é um programa eleitoral e foi tão criticado porque dá dinheiro para pessoas que não trabalham, como é que agora eles vão continuá-lo?

Privatizaram durante oito anos, tentaram incluir o Besc, a Caixa Econômica, a Petrobras, e agora dizem que não vão mais fazer. Quer dizer, eles estão-se desmascarando, e são os mesmos que criticam os R\$ 90,00 que são dados a uma família sem renda nenhuma. Imaginem o que representa um cidadão viver com R\$ 90,00! Para aquela pessoa que não tem nada, esse valor é substancial, porque garante a alimentação, um direito que antes ela não tinha.

Esses mesmos são os que deram os US\$ 198 milhões para a falida Chapeco Avícola, durante um período eleitoral, inclusive. Como depois ela faliu, o governo não vai mais recuperar esse dinheiro. Esses foram os mesmos dos mais de 20 bilhões para salvar banqueiro falido. Daí, dar dinheiro para eles pode, mas dar R\$ 90,00 para uma pessoa sem renda não pode!

Parabéns, deputada Ana Paula Lima, e é isso que o povo brasileiro tem que entender: chega de preconceito e de pessoas que defendem apenas o capital, sem defender o cidadão!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Deputada, a região serrana agradece muito ao presidente Lula, primeiramente pela conclusão da etapa Lages/São José do Cerrito e agora pela liberação desse recurso, que é do governo federal.

Temos consciência de que o governo federal vai fazer muito ainda, porque esses R\$ 48 milhões não serão suficientes para terminar a obra. Precisamos de mais e contamos com a reeleição do presidente Lula para que ele possa liberar mais verbas para a região serrana!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, desde a semana passada tenho manifestado aqui o respeito nas campanhas políticas. E faço um apelo a todos os catarinenses que colocaram esse adesivo nos seus carros para que o retirem, porque isso não é só um preconceito contra um trabalhador que perdeu o dedo numa fábrica, mas também contra todos os portadores de necessidades especiais que possuem alguma deficiência física. Nós temos que votar pela vida e contra a discriminação!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, já que não pude apartear a eminente deputada Odete de Jesus, face o seu curto espaço de tempo, quero manifestar aqui a alegria que vivi ontem ao participar da reunião comandada pela presidente do PL, deputada Odete de Jesus, com as suas lideranças de todo o estado - mais de uma centena de dirigentes do PL, deputado Lício Silveira, vindos de diversos municípios catarinenses. A maioria dos seus candidatos a deputado federal e estadual compareceu na reunião realizada com os nossos candidatos Esperidião Amin e Hugo Biehl, e tivemos a grata satisfação de receber a adesão e o apoio formal do PL pela sua dirigente, pela sua presidente, a nossa colega, deputada

Odete de Jesus, com a manifestação da maioria esmagadora dos dirigentes e da base do PL em Santa Catarina.

O que mais me alegrou, deputado Antônio Carlos Vieira, foi a forma como o PL integrou esse projeto. Apresentou as propostas que defende enquanto partido, evidentemente que estará governando conosco a partir de 1º de janeiro de 2007, mas sem nenhum condicionamento como outro candidato apresentou à nossa coordenação de campanha.

Diferente do que disse o eminente deputado João Henrique Blasi, nós não viemos aqui criticar, deputado Sérgio Godinho, a decisão do candidato Antônio Carlos Sontag. Ao que me consta, v.exa., como deputado do PSB e integrante da executiva estadual, também não foi consultado. O que nós criticamos e cobramos é a forma como esse apoio foi declarado.

O PL da deputada Odete de Jesus ouviu os seus dirigentes, a sua base e as suas lideranças, diferente do PSB. O PTB, do deputado Narcizo Parisotto, e o PT têm realizado um permanente e amplo debate em todas as regiões. O que nós percebemos por parte do PSB - e conversamos com vários membros da executiva ontem e no dia de hoje, e assiste razão a v.exa. na sua manifestação - foi uma decisão antidemocrática, não debatida nas instâncias partidárias.

De qualquer forma, nós respeitamos a decisão do candidato. Mas nós não poderíamos concordar, deputados Antônio Carlos Vieira e Pedro Baldissera, com a relação de cargos que foi solicitada, até porque se como dirigentes partidários tivéssemos firmado tal compromisso, poderíamos colocar, inclusive, em questionamento judicial a manutenção da candidatura do governador Amin.

Foi dirigido um documento à coordenação da campanha com essa lista de cargos solicitados. O sr. Sontag solicitou:

(Passa a ler)

1. Secretaria de Estado (a definir);
 2. Presidência e Diretoria Financeira do DETER/SC e suas Regionais;
 3. Presidência e Diretoria Financeira do INMETRO/SC e suas Regionais;
 4. Presidência e Diretoria Administrativa da CIASC;
 5. Presidência e Diretoria Financeira da Central de Compras;
 - [...]
 10. Diretoria Financeira da CELESC; [...]"
- Parece-me que há um núcleo de especialistas em diretorias financeiras em torno do sr. Sontag. (Continuando lendo)
6. Secretaria Regional de São José;
 7. Secretaria Regional de São Miguel do Oeste;

8. Secretaria Regional de Criciúma;
9. Secretaria Regional de Canoinhas;
10. Diretoria Financeira da CELESC;
11. Disponibilização para indicação pelo PSB de 50 (cinquenta) cargos comissionados regionais de nível DAS-3." [sic]

Esse tipo de negócio nós não fazemos. Deputado Narcizo Parisotto, v.exa. também é um dirigente partidário, assim como eu, conheço v.exa. há oito anos e não tenho dúvida de que nunca tratou, e nunca tratará, com nenhum candidato com esse tipo de documento na mão. Como a deputada Odete de Jesus e o deputado Sérgio Godinho também não fizeram!

Nós estamos falando de um projeto de governo. É evidente, deputados Sérgio Godinho e Narcizo Parisotto, que quem integra um projeto de governo é para ganhar o voto e para governar junto. É evidente que o deputado Sérgio Godinho, com todos os seus aliados, os candidatos a deputado e os dirigentes do PSB que o acompanham, estará conosco nessa luta até o dia 29 e, obtendo êxito, é óbvio que estará conosco no governo. Não resta a menor dúvida disso. Eles estão participando do projeto para conquistar o governo e depois disso estarão compondo o governo e ajudando-nos a governar, como v.exa., deputado Narcizo Parisotto. A opção que fizer será para ganhar a eleição e governar junto, como ocorreu com o PL da deputada Odete de Jesus. É evidente que vai estar junto do governo.

Agora, ao apresentar uma lista solicitando basicamente todas as diretorias financeiras do estado, ele começa a ser, no mínimo, suspeito das verdadeiras intenções, deputado Antônio Carlos Vieira. Que especialidade é essa de um candidato para querer diretoria financeira e regionais do Deter, do Inmetro/SC, do Ciasc, da Celesc, da Central de Compras?! Por que essa obsessão por controlar todo o dinheiro do estado? Só faltou pedir a secretaria da Fazenda e a chave do cofre.

Não é assim que nós estamos discutindo. Como dirigente partidário, como presidente do nosso partido, deputado Lício Silveira, nós temos que ter - e v.ex.a. me conhece - o mínimo de compromisso com Santa Catarina. Nós queremos compor, sim, é verdade, para ganhar a eleição e para governar juntos, mas para governar com responsabilidade e com respeito ao cidadão, para governar para todos os catarinenses, para coibir, deputado Narcizo Parisotto, esse tipo de atitude que estampa o jornal *Notícias do Dia*, da edição de hoje, cuja manchete principal diz o seguinte: "Bandidos prendem policiais e libertam assaltantes".

Nós queremos ganhar o governo para acabar com isso: "Bandidos prendem policiais e libertam assaltantes". Deputado Rogério Mendonça, isto aconteceu aqui na capital dos catarinenses, nesta noite. Os bandidos foram à delegacia, libertaram os marginais e prenderam os policiais na mesma cela em que eles estavam. Onde está o governo? A Segurança Pública falhou no nosso estado, e digo isso com muita tristeza, deputado Wilson Vieira. É uma falência generalizada.

Que ela funcionou para colocar viaturas e policiais para entregar santinho e outras coisas em favor do ex-secretário da Segurança, isso é verdade. Na câmara do município de Laguna, deputado Pedro Baldissera, há uma declaração da candidata, a deputada Nega, do PSBD, feita na primeira sessão após as eleições, denunciando que viaturas da Polícia Militar estavam na boca da urna, com policiais distribuindo colinha e outras coisas junto, a serviço da candidatura do ex-secretário da Segurança. Quem disse isso na tribuna da Câmara foi uma vereadora do município

de Laguna. Enquanto isso, bandidos prendem policiais e libertam assaltantes.

Este governo falhou e por isso está fugindo de debates! Por isso ele não quer debater! Por isso está usando a máquina do governo para boicotar e impedir debates da imprensa livre de Santa Catarina! A ação que o governo tem feito para abafar debates nos meios de comunicação de Santa Catarina é inédita. Rádios, jornais e televisões estão vivendo momentos de censura, de pressão, de abafa, de um candidato ao governo, fujão, que tem medo do debate porque tem o que esconder.

Por que não quer debater? Por que não quer falar da falência da Segurança? Por que não quer falar das nomeações e dos negócios do ex-secretário Max Bornholdt, compadre do governador, que anda escondido e ninguém sabe onde está? Por que não quer falar dos R\$ 2 milhões encontrados no apartamento de Jurerê, que, segundo o empresário, US\$ 100 mil eram para o governo de Santa Catarina?

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações ns. 0217/2006, de autoria do deputado Moacir Solpesa, e 0216/2006, de autoria do deputado Pedro Baldissera, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Clube de Campo, de Tubarão, cumprimentando-o pela comemoração dos 40 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à presidenta do Hospital de Laguna, cumprimentando-a pela inauguração das unidades psiquiátrica e semi-intensiva daquele hospital.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Moacir Solpesa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. José Salomão Koerich, presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos, cumprimentando os engenheiros agrônomos do estado de Santa Catarina pelo Dia do Engenheiro Agrônomo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Henrique Blasi, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Presidência da Câmara Municipal de Florianópolis, cumprimentando todos os membros daquela edilidade em face do requerimento coletivo apresentado e debatido na madrugada da sessão do dia 9 do corrente.

A Presidência defere de plano.

Não havendo mais matéria na pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão.

De acordo com os arts. 108 e 211 do Regimento Interno, esta Presidência está distribuindo aos srs. deputados cópia da pauta contendo proposições que deverão entrar na pauta da Ordem do Dia no prazo máximo de três sessões ordinárias:

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0005/2006; discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0006/2006; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0237/2006; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0243/2006 e discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0516/2005.

Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, solene, para segunda-feira, às 19h, em homenagem ao Dia do Professor.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 347, de 17/10/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, dando atendimento à diligência constante do Processo SPE 05/04238604, do Tribunal de Contas do Estado,

RESOLVE:

Retificar o Ato da Mesa nº 913, de 02/05/2005, que concedeu Aposentadoria por invalidez permanente ao servidor **VALDEMAR DE SOUZA**, matrícula nº 0899, nos seguintes termos:

"de acordo com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, c/c a redação dada pelas EC nºs 20/98 e 41/03 e, em conformidade com o artigo 107, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, CONCEDER aposentadoria por invalidez permanente, ao servidor

VALDEMAR DE SOUZA, matrícula nº 0899, no cargo de Motorista, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos integrais".

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 348, de 17/10/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, considerando o preenchimento do cargo de Diretor Geral,

RESOLVE:

Restabelecer competência ao Diretor Geral da Assembléia Legislativa, atribuída pelos incisos IX, X e XI, do artigo 18, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e, fazer cessar a vigência do Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 020-DL, de 2006

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Gilmar Knaesel, por um período de sessenta dias, a partir de 11 de outubro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 17 de outubro de 2006

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 018-DL, de 2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Simone Schramm, 1ª Suplente do Partido Progressista - PP -, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Gilmar Knaesel.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em 17 de outubro 2006

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Michel Curi - Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer - Secretária

ATA DA 1590 SESSÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1590ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores, Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Fábio de Magalhães Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida iniciaram-se os trabalhos da reunião propriamente dita. 1) Processo em regime de vista: 969/06, de Rubem Cesar Farah, Relator, Procurador Anselmo Inácio Klein, em pauta com voto de vista do Procurador José Buzzi; após discussão o processo saiu de pauta com pedido de vista do Procurador José Carlos da Silveira. 2) Relatoria do Procurador Anselmo Inácio Klein - aprovados pareceres aos processos, Of. nº 998/06/CMA, de 25/9/06, da Procuradoria-Geral de Justiça, solicitando "cópia de requerimentos de subvenção social em nome da Rádio Comunitária Sul FM" e, Of. nº 1017/06/CMA, de 28/9/06, também do Procurador-Geral de Justiça, solicitando "relação discriminada por data, valores e nome do Deputado responsável pelo pedido das subvenções concedidas a Associação de Balseiros do Rio Uruguai, Cruz Vermelha, Cooperativa CODAMAICA, Grupo de Jovens Sempre Unidos". Do mesmo Relator, o proc. s/n - Consulta - MEMO nº 943/06, de 05/10/06, da Chefia de Gabinete da Presidência, referente a "legalidade do pagamento de subvenções sociais pela Casa, em face do 2º turno das eleições", que após discussão e votação, teve aprovado por maioria o voto de vista, emitido pelo Procurador José Buzzi. 3) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos - aprovados pareceres aos processos 1849/06, de Célio Cesar da Silva; 1828/06, de Elisabeth Nuernberg Losso; proc. s/n - Consulta - Of. CL nº 345/06, Minuta do Edital de Pregão nº 029/06, da Coordenadoria de Licitações: "material para impermeabilização da laje da ALESC". Continuando com a palavra, a Relatora, deu conhecimento do parecer emitido à Consulta - Of. CL nº 332/06, de 14/9/06, da Coordenadoria de Licitações: "termo de compromisso com o Senado Federal e com a UNISUL", encaminhado, sem apreciação do Colegiado, devido a urgência da matéria. 4) Relatoria do Procurador Luiz Alberto Seccon - aprovados pareceres aos processos 1.747/06, de Jair José Dias; 1751/06, de Rosani Graça Bento; 1764/06, de Diva Guimarães de C. Cintra; 1795/06, de Soraia B. Bacha Nascimento; proc. s/n - providências administrativas - Acórdão, Mandado de Segurança nº 2004.019136-7, Capital, Impetrantes: Aldo da Silva Grangeiro e outro, Impetrados, Presidente da Mesa Diretora da ALESC e Presidente do IPESC. 5) Relatoria do Procurador Fábio de Magalhães Furlan - aprovados pareceres aos processos 1739/06, de Marilu Lima de Oliveira; proc. s/n - Of. CL nº 346/06, de 29/9/06, da Coordenadoria de Licitações: "edital para exame e aprovação, Pregão 030/2006, aquisição de impressoras multifuncionais laser"; proc. s/n - Of. nº 423/06, de 06/10/06, da Procuradoria de Finanças, encaminhando diligência do Tribunal de Contas, sobre aposentadoria de Valdemar de Souza. O Relator deu conhecimento, do parecer exarado ao Of. nº 2.295/06, de 02/10/06, da Procuradoria-Geral do Estado, referente a "cópia da intimação - processo 2006.020687-5, agravante Luiz Eduardo Caminha", encaminhado à Presidência da Casa, sem apreciação do Colegiado, com despacho do Procurador-Geral. 6) Relatoria do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior - processos 1736/06, de Zulmar Hermógenes Saibro; 1752/06, de Vera Lúcia Crespi Gomes; 1790/06, de Albertina Barreto de Mello; 1801/06, de Bernadete Carlessi; 1551/06, de Derlei Catarina de Luca, pareceres aprovados, este pelo indeferimento. 7) Relatoria do Procurador José Buzzi - aprovados pareceres aos processos 1775/06, de Alexandre Luis Soares; 1778/06, de Marcia Otília Sasso; 1785/06, de Maria Aparecida Rosa Eckert; 1864/06, de Laura Brasca. 8) Relatoria do Procurador Nazarildo Tancredo Knabben - aprovados pareceres aos processos 1799/06, de Vilmar Renato Machiavelli; 1867/06, de Magno Fernando Pamplona; 1906/06, de Mirian Alice de Athayde F. Krieger. 9) Relatoria do Procurador Fausto Brasil Gonçalves - aprovados pareceres aos processos 1800/06 e 1814/06, de Antônio Carlos Cenzi Pimentel e Désio Muller, respectivamente. 10) Relatoria do Procurador Sérgio Augusto Machado - aprovados pareceres aos processos 1838/06, de Marcos Faria Ferreira; 1839/06, de Margareth Balsini Genovez;

1840/06, de Juarez da Silva; 1904/06, de Odicélia H. Nascimento da Silva; 1905/06, de Rosalba Fiuza Lima Scharf; 1759/06, de Tânia Maria Nowakowski. 11) Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - aprovados pareceres aos processos 1776/06, de Claudiane Bleyer R. Borghezani; 1620/06, de Maria Helena dos Reis Ghizzo. Do mesmo Relator os processos 1807/06, de Murilo Fôes, parecer aprovado pelo arquivamento, e, proc. s/nº - Of. 072/06, de interesse do Deputado Celestino Roque Secco, Presidente do Fórum Italo-Brasileiro, solicitando "ressarcimento de despesas efetuadas pelo servidor público Mauro Beal, Secretário Geral do FIB, quando em viagem oficial", teve o parecer aprovado por maioria, pelo indeferimento; expendeu voto em separado o Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, acompanhado pelo Procurador Fábio de Magalhães Furlan. Continuando com a palavra, o Relator, deu conhecimento do expediente encaminhado ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, referente a Ação Civil Pública/Lei Especial, Réu o Estado de Santa Catarina, Autos nº 023.06.368660-3. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia dezoito (19) de outubro, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das sessões, em 11 de outubro de 2006.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA EM 09/08/2006

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, às 9 horas sob a Presidência do Deputado Wilson Vieira - Dentinho, reuniram-se os Deputados Wilson Vieira - Dentinho, Antônio Ceron, Dionei Walter da Silva, Antônio Carlos Vieira, Djalma Berger, Rogério Mendonça, João Henrique Blasi em substituição ao Deputado Romildo Titon e Odete de Jesus. Com o uso da palavra, o Deputado Antônio Ceron não teve Projetos a relatar, Ato "continuum", o Deputado Antônio Carlos Vieira relatou o PL/0263.0/2006 expõe a matéria pela baixa em diligência do presente Projeto. O Presidente colocando em votação, o Relatório foi rejeitado por maioria, seguindo o novo Relator foi designado o Deputado Rogério Mendonça que em seu relatório, tem a proposta pela aprovação. Segundo a justificativa do Deputado Dionei Walter da Silva, dizendo que a proposta objetiva corrigir erro cometido pela Assembléia Legislativa na redação final do Projeto de Lei Orçamentária Anual do ano 2006, que não incluiu a emenda suprapartidária destinada a suplementar subvenção Social ao Corpo de Bombeiros Voluntários no valor de R\$ 2,5 milhões em encargos gerais do Estado. Para a alteração serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotação orçamentária consignada aos programas de trabalho de organizações e entidades da administração Pública Estadual. Ato "continuum" o Deputado Antônio Carlos Vieira inferiu colocando que a Lei 13.672/2006, que aprovou o Orçamento deste ano, proíbe transferir dotação orçamentária de pessoal, que o projeto trata de abertura de crédito no valor total de R\$ 47.581.239, enquanto a relativa subvenção do Corpo de Bombeiros Voluntários é de R\$ 2.500.000,00 continuando o Deputado Antônio Carlos Vieira relatou o PL.239.0/2006, que em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Continuando o Deputado Djalma Berger relatou o PL.231.3/2006, que em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Com a palavra o Presidente da Comissão fez registro de que o Deputado João Henrique Blasi substituiu o Deputado Romildo Titon. Na continuação, a Deputada Odete de Jesus relatou o PL.0127.4/2006, que o Presidente colocou em votação o Voto Vista da Deputada, que respalda o Voto Vista do Deputado Dionei Walter da Silva que é pela aprovação, foi aprovado por maioria com duas abstenções que foram os Deputados Antônio Carlos Vieira e Antônio Ceron. Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, a qual eu, Adelir Stolf, assessor da Comissão acima epigrafada, lavrei a presente ata que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e, posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Wilson Vieira-Dentinho
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA SETIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA.

Aos nove dias do mês de agosto, do ano de dois mil e seis, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência da senhora Deputada Odete de Jesus, o Senhor Deputado Antônio Ceron, o senhor Deputado Paulo Eccel e do senhor Deputado Romildo Titon, com a ausência do senhor Deputado Joares Ponticelli, do senhor Deputado Altair Guidi e do senhor Deputado Gilmar Knaesel. Configurando o quorum regimental a Senhora deputada Odete de Jesus, abriu a presente reunião, cumprimentando a todos e em seguida colocou em discussão votação a Ata da reunião anterior, sendo aprovada por unanimidade. Ato contínuo a Senhora Deputada colocou em discussão e votação os seguintes Projetos de Leis: PL/0215.3/2006; PL/0253.9/2006, relatados, pelo Senhor deputado Joares Ponticelli, o PL/0151.4/2006, relatado pelo Senhor Deputado Altair Guidi, o PL/0486.2/2005, relatado pelo Senhor deputado Antônio Ceron, que colocados em discussão e votação foram todos aprovados por unanimidade.

.Dada a palavra aos senhores Deputados presentes e nada mais havendo a tratar, a senhora Deputada Odete de Jesus, agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião, a qual eu, Álvaro Selva Gentil Filho, funcionário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada correta, será assinada pelo Senhor presidente.

Sala da Comissão em 09 de agosto de 2006

Deputada ODETE DE JESUS
VICE -Presidente da C.E.C.D.

*** X X X ***

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia cinco de setembro do ano de dois mil e seis, sob a Presidência do Senhor Deputado Jorginho Mello, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 20ª reunião ordinária, referente à 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura. Presentes os demais membros: Deputado Celestino Secco, Deputado João Henrique Blasi, Deputado Paulo Eccel, Deputado Afrânio Boppré, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Francisco de Assis, Deputado Gelson Merisio e o Deputado Onofre Santo Agostini. Aberto os trabalhos, o Presidente cumprimentou os Senhores Deputados presentes. Foi lida e aprovada por unanimidade a Ata da Décima Nona Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. O Senhor Deputado Jorginho Mello relatou as seguintes matérias: Projetos de Lei nºs 0279.8/06, 0274.3/06, 0208.4/06, 0216.4/06, 0271.0/06, 0259.4/06, 0230.2/06, 0251.7/06, 0266.3/06 e 0277.6/06, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; Projetos de Lei nºs 0273.2/06, 0262.0/06, 0288.9/06 e 0252.8/06, apresentando requerimentos pela diligência, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; Projetos de Lei nºs 0076.0/06, 0275.4/06, 0250.6/06 e 0281.2/06, exarando pareceres pelo arquivamento, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; Projeto de Lei nº 0516.2/05, exarando parecer favorável à emenda, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Projeto de Resolução nº 0018.0/06, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Celestino Secco relatou a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 0225.5/06, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Paulo Eccel relatou as seguintes matérias: Projetos de Lei nºs 0192.2/06 e 0280.1/06, exarando pareceres pela aprovação, que postos em discussão, foram cedidos para vista em Gabinete ao Deputado João Henrique Blasi. O Senhor Deputado Gelson Merisio relatou a seguinte matéria: Projeto de Emenda à Constituição nº 0004.2/06, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado João Henrique Blasi. O Senhor Deputado Onofre Santo Agostini relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 0278.7/06, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado Celestino Secco e o Projeto de Lei Complementar nº 0051.7/06, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Francisco de Assis, exarou voto vista pela aprovação do Projeto de Lei nº 0249.2/06, que posto em discussão e votação, foi aprovado, por unanimidade, o parecer favorável exarado pelo Deputado João Henrique Blasi. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Edgard Novuchy Pereira Usuy, Secretário Parlamentar, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 2006.

Deputado Jorginho Mello
Presidente

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REALIZADA DIA 05 DE SETEMBRO DE 2006, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia cinco de setembro do ano de dois mil e seis, sob a Presidência dos Senhores Deputados Jorginho Mello, Wilson Vieira - Dentinho e Vânio dos Santos, presentes os demais membros, com as devidas substituições, conforme listas de presença. Aberto os trabalhos, foi aprovado por unanimidade parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 0402.4/2005, no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público. No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação a Deputada Odete de Jesus exarou parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 0050.6/2006, que colocado em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Gelson Merisio. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça o Deputado João Henrique Blasi exarou parecer favorável à tramitação da Medida Provisória nº 00128/2006, que colocado em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Paulo Roberto Eccel. No âmbito das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação foi aprovado por unanimidade parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 0053.9/2006. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente reunião, da qual, eu, Edgard Novuchy Pereira Usuy, Secretário Parlamentar da Comissão de Constituição e Justiça, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelos senhores Presidentes e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 2006.

Deputado Jorginho Mello
Deputado Wilson Vieira - Dentinho
Deputado Vânio dos Santos

*** X X X ***

ATA DA VIª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Às onze horas do dia quatro de julho de dois mil e seis, reuniu-se - na Sala de Reuniões das Comissões - a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Sob a presidência do Deputado Vânio dos Santos, e contando com a presença dos Deputados membros Antônio Carlos Vieira - Vice-Presidente -, Afrânio Boppré, Paulo Roberto Eccel e Antônio Ceron, deu-se início à sexta reunião da Comissão. Após agradecer a presença de todos, o Sr. Presidente colocou em discussão os pareceres aos Projetos de Lei nºs: **PL.0056.6/06**, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que declara de utilidade pública a Organização Não-Governamental Música e Cidadania de São José. Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por unanimidade**; **PL.0096.3/06**, de autoria do Executivo, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Bom Jardim da Serra (construção da delegacia de polícia e demais dependências dos órgãos de segurança). Relator: Deputado Antônio Carlos Vieira. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por unanimidade**; **PL.0101.5/05**, de autoria do Deputado Paulo Eccel, que veda a cobrança - pelas concessionárias de telefonia - das tarifas de assinatura básica, e adota outras providências. Relator: Deputado Vânio dos Santos. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por unanimidade**; **PL. 0106.0/06**, do Executivo, que autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Modelo (regularização da atual ocupação pela APAE). Relator: Deputado Vânio dos Santos. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por unanimidade**; **PL.0144.5/06**, de autoria da Deputada Odete de Jesus, que declara de utilidade pública o Centro de Assessoria à Adolescência - CASA -, com sede no Município de Florianópolis. Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por unanimidade**; **PL. 0148.9/06**, de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública a Associação Casa do Adalto - Apoio às Crianças e Adolescentes com Neoplasia, do Município de Joinville. Relator: Deputado Paulo Eccel. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por unanimidade**; **PL.0149.0/06**, de autoria do Deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária União, do Município de Canoinhas. Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por unanimidade**; **PL.0152.5/06**, de autoria do Deputado Lício Mauro da Silveira, que declara de utilidade pública a Fundação Alfredo Henrique Wagner, do Município de Alfredo Wagner. Relator: Deputado Antônio Carlos Vieira. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por unanimidade**; **PL.0158.0/06**, de autoria do Deputado Sérgio Godinho, que declara de utilidade pública o Instituto Paternidade Responsável - P. A. I. -, do Município de Lages. Relator: Deputado Clésio Salvaro. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por unanimidade**; **PL.0178.4/06**, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cherem, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Antônio Russi Filho, de Itapema. Relator: Deputado Clésio Salvaro. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por unanimidade**; **PL.0187.5/06**, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cherem, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira Beneficente, Cultural, Educativa Assistencial à Família, de Balneário Camboriú. Relator: Deputado Clésio Salvaro. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por unanimidade**; **PL.0195.5/06**, de autoria do Deputado Gelson Merisio, que concede Título de Cidadão Catarinense a Ireño José Matte. Relator: Deputado Paulo Eccel. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por maioria**, com abstenção dos Deputados Vânio dos Santos, Antônio Carlos Vieira e Afrânio Boppré; **PL.0222.2/05**, de autoria do Deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Federação das Entidades Mantenedoras das Rádios Comunitárias, TVs e Rádios Educativas de Santa Catarina, em Biguaçu. Relator: Deputado Clésio Salvaro. Posto em discussão e votação o **parecer**, foi **aprovado por unanimidade**; **PL.0231.3/05**, de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Casa de Assistência Espiritual Caminho de Luz, de

Blumenau. Relator: Deputado Antônio Carlos Vieira. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade; PL.0321.4/05**, de autoria do Deputado Hemeus de Nadal, que declara de utilidade pública a Orquestra Sinfônica de Florianópolis. Relator: Deputado Antônio Carlos Vieira. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade; PL.0521.0/05**, de autoria do Deputado Vânio dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Tubarão. Relator: Deputado Paulo Eccel. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade; OF.0019.8/06**, que encaminha o relatório de atividades do Conselho Comunitário do Itauma, de Joinville, referente ao exercício de 2005. Relator: Deputado Antônio Ceron. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade; OF.0020.1/06**, que encaminha relatório de atividades da APAE de Curitiba, referente ao exercício de 2005. Relator: Deputado Afrânio Boppré. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade; OF.0031.4/06**, que encaminha o relatório de atividades da Associação Passos de Integração de Itajaí, referente ao exercício de 2005. Relator: Deputado Paulo Eccel. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade; OF.0008.5/06**, que encaminha relatório de atividades da Associação Barra Sulense da Terceira Idade, de Balneário Barra do Sul, referente ao exercício de 2005. Relator: Deputado Paulo Eccel. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade; OF.0012.1/06**, que encaminha o relatório de atividades da Associação de Apoio à Reabilitação de Pessoas Necessitadas, de Joinville, referente ao exercício de 2005. Relator: Deputado Paulo Eccel. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade; OF.0022.3/06**, que encaminha o relatório de atividades do Instituto Pedagógico de Reabilitação e Inclusão, de Joinville, referente ao exercício de 2005. Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade; OF.0035.8/06**, que encaminha o relatório de atividades do Centro Educacional Infantil Maria Ofélia Guimarães, de Joinville, referente ao exercício de 2005. Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade; OF.0029.0/06**, que encaminha o relatório de atividades da Sociedade Educacional de Joinville, referente ao exercício de 2005. Relator: Deputado Paulo Eccel. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade; OF.0032.5/06**, que encaminha o relatório de atividades da Associação de Pais, Funcionários e Amigos do CERJ, de Joinville, referente ao exercício de 2005. Relator: Deputado Antônio José Carlos Vieira. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade; OF.0040.5/06**, que encaminha o relatório de atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Florianópolis, referente ao exercício de 2005. Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o parecer, foi **aprovado por unanimidade**. Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Estela Maris Rossini, Secretária Executiva da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais Membros presentes. Florianópolis, quatro de julho de dois mil e seis.

(Referente à ata da VI Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, da IV Sessão Legislativa da XV Legislatura, realizada em quatro de julho de dois mil e seis.)

Deputado Vânio dos Santos - Presidente

Deputado Antônio Carlos Vieira - Vice-Presidente

Deputado Paulo Eccel - Membro

Deputado Antônio Ceron - Membro

Deputado Afrânio Boppré - Membro

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1587

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Altera os dispositivos da Lei nº 12.279, de 2002, que Institui o certificado Empresa Amiga da Criança em Santa Catarina", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 09 de outubro de 2006

EDUARDO PINHO MOREIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 17/10/06

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Parecer nº PAR.317/06

Processo nº PPG 8013/063

Origem: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação

EMENTA: Autógrafo de projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa. Projeto de origem parlamentar. Alteração de dispositivos da Lei Promulgada nº 12.279/2002. Matéria que já foi objeto de veto governamental. Vício de inconstitucionalidade. Recomendação de veto.

Senhor Procurador-Geral,

Atendendo à solicitação contida no Ofício nº 3582/SCC-DIAL-GEMAT, de 19 de setembro do corrente ano, a Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, por intermédio do seu titular, pede a manifestação desta Procuradoria sobre o autógrafo do projeto de lei de iniciativa parlamentar, que altera dispositivos da Lei nº 12.279/02.

O projeto aprovado pela Assembléia Legislativa foi remetido para exame e parecer da Procuradoria Geral do Estado, a fim de orientar a decisão do Senhor Governador do Estado, tendo em vista o que estabelece o art. 54, § 1º, da Constituição do Estado, "verbis":

"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembléia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, **inconstitucional** ou **contrário ao interesse público**, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembléia os motivos do veto".

É importante registrar que o exame da inconstitucionalidade ou da contrariedade ao interesse público é função que não está sujeita ao exclusivo critério discricionário ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este apenas a constatação fática de que alguma disposição legal não está em conformidade com os preceitos constitucionais.

O poder de veto atribuído ao Governador do Estado faz com que seja especialmente necessário o seu regular exercício de pleno controle da constitucionalidade das leis, a fim de, como lembra Kelsen, evitar "atentado à fronteira politicamente tão importante entre a esfera do governo e a esfera do parlamento".

Em síntese, a verificação da constitucionalidade das leis é procedimento de observância obrigatória, que não se submete à discricção ou ao juízo político do Governador do Estado, devendo prevalecer o princípio da supremacia das normas constitucionais sobre as demais.

O autógrafo ora em exame cuida de alteração de dispositivos da Lei nº 12.279/02, que "Institui o certificado Empresa Amiga da Criança em Santa Catarina e adota outras providências".

Para melhor compreensão do assunto se faz necessário sublinhar que a matéria contida na lei nº 12.279/02 já havia sido objeto de veto total do então Governador do Estado (12.04.02), por considerá-la inconstitucional, conforme consta da Mensagem nº 1622, que encaminha as razões de veto, publicada as fls. 17 do Diário Oficial do Estado de 24.04.02 - doc. anexo.

Portanto, verifica-se que a medida considerada inconstitucional pelo Poder Executivo foi editada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, após a derrubada do veto governamental, passando a vigorar como Lei Promulgada nº 12.279/02.

Agora, a Assembléia Legislativa, por meio de projeto de iniciativa parlamentar, aprova a alteração da Lei nº 12.279/02, a qual foi considerada inconstitucional pelo Chefe do Poder Executivo, conforme se verifica das seguintes razões de veto:

"... o Projeto contraria o disposto no art. 120, da Constituição de Estado, que determina sejam de iniciativa do Poder Executivo as leis que tenham por objeto matéria orçamentária, financeira, ou as que digam respeito ao Plano Plurianual, uma vez que esses elementos são, em realidade, a base de todo o Planejamento governamental, cuja proposição, ao Poder Legislativo, as Cartas Federal e Estadual colocaram sob a responsabilidade do Executivo, em cada esfera de Governo";

"... o autógrafo consubstancia clara interferência nos assuntos da administração interna do Poder Executivo, contrariando assim não apenas os princípios constitucionais que regem o processo legislativo no âmbito do Estado (...), mas também o princípio da independência e harmonia dos poderes inscritos no art. 2º da Carta Federal, e artigo 32, da Constituição Estadual" (publicado no d. E. de 24.04.02, pág. 17 - doc. anexo).

A jurisprudência dominante é no sentido de que o Poder Executivo não é obrigado a acatar normas legislativas contrárias à Constituição. Tal posicionamento é pacífico no supremo Tribunal Federal (STF, in RTJ 2/386, 3/760; RDA 59/339, 76/51, 76/308, 79/116; RF 196/59; RT 354/139, 354/153, 358/130, 594/218; BDM 11/600).

Se inconstitucional o ato Legislativo, não pode o Chefe do Poder Executivo dar-lhe cumprimento, pois atentaria contra a Constituição Estadual e a Constituição Federal. Na verdade, compete a todos os Poderes o exame prévio da da constitucionalidade das leis, zelando pela supremacia da Carta Magna.

Então, conforme entendimentos doutrinário e jurisprudencial, a Administração Pública pode deixar de aplicar a Lei que afrontar a Constituição. Se a Lei já nasce contrariando o preceito maior, que é a Constituição Federal, não há como exigir o seu cumprimento.

Nessa linha de entendimento, deve a Administração Pública negar validade e eficácia a Lei nº 12.279/02 e, por via de consequência, as suas alterações posteriores, tendo em vista que a alteração de dispositivos da Lei nº 12.279/02 não restaura a sua constitucionalidade.

Em outras palavras significa dizer que o projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa não tem força jurídica para ressuscitar a Lei nº 12.279/02, considerada inconstitucional pelo Poder Executivo, de tal sorte que as disposições consignadas no Autógrafo também não podem ter ingresso na ordem jurídica pelos mesmos fundamentos adotados por ocasião do veto da Lei nº 12.279/02.

Por outro lado, ainda que fosse possível a sanção do projeto aprovado pela Assembléia Legislativa, tal procedimento não supre o vício de iniciativa da Lei nº 12.279/02, que foi vetada pelos então Governador do Estado por contrariar flagrantemente a ordem jurídica constitucional. Em suma, a inconstitucionalidade da Lei nº 12.279/02 também contamina com o mesmo vício as disposições do Autógrafo do Projeto de Lei nº 023/06, eis que a lei posterior de origem parlamentar não pode transformar a norma inconstitucional (Lei nº 12.279/02), imprimindo-lhe o caráter de constitucional mediante alteração de seus dispositivos.

Conforme ficou demonstrado precedentemente, se a norma principal é considerada inconstitucional, o simples fato de o Poder Legislativo pretender alterar as suas disposições não se transforma em lei constitucional, porquanto ambos os diplomas estão contaminados pelo mesmo vício de inconstitucionalidade.

Isto posto, submetemos a Vossa Excelência as conclusões do presente parecer, que recomenda a oposição de veto total às disposições do Autógrafo do Projeto de Lei nº 023/06 com fundamento no art. 54, § 1º, da constituição do Estado.

Florianópolis, 27 de setembro de 2006

Silvio Verela Junior
Procurador Administrativo

PROCESSO PPGE: 8013/063

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Coordenação e Art.

ASSUNTO: Certificado empresa Amiga da Crianças em SC.

Sr. Procurador Geral.

De acordo com a manifestação retro.

À Vossa Consideração.

Florianópolis, 02 de outubro de 2006.

Leandro Zanini

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

DESPACHO

PPGE Nº 8009/066

Assunto: Análise de autógrafo de projeto de lei que "Altera dispositivos da Lei nº 12.279, de 2002, que Institui o certificado Empresa Amiga da Criança em Santa Catarina".

Interessado: Secretaria de Estado de coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 317/06 de tIs. 38/41 da lavra do Procurador Administrativo SILVIO VARELA JR, bem como a recomendação do Procurador-chefe da COJUR, LEANDRO ZANINI.

Encaminhe-se ao Exmo. Senhor Secretário de Estado de Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 02 de outubro de 2006

TYCHO BRAHE FERNANDES NETO

Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 023/06

Altera os dispositivos da Lei nº 12.279, de 2002, que Institui o certificado empresa amiga da Criança em Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A ementa e os arts. 1º e 2º da Lei nº 12.279, de 17 de junho de 2002, que institui o certificado Empresa Amiga da Criança em Santa Catarina, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Institui os certificados estaduais Amigo da Criança e Empresa Amiga da Criança.

Art. 1.º Ficam instituídos os certificados estaduais Amigo da Criança e Empresa Amiga da Criança, para pessoas físicas e jurídicas, respectivamente, com o objetivo de identificar as pessoas domiciliadas em território catarinense que tenham atuação social em favor da criança e do adolescente.

Art. 2.º As pessoas que receberem os certificados, previstos nesta Lei poderão utilizá-lo na divulgação e publicidade de seus produtos e serviços. (NR)"

Art. 2º - O art. 3º da Lei nº 12.279, de 2002, que institui o certificado Empresa Amiga da Criança, passa a vigorar com a redação modificada e acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 3º São pré-requisitos para obter os certificados estaduais:

I- não empregar menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendizes;

II - não empregar menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres; e

III - contribuir com o percentual de 1% (um por cento) do imposto de renda devido para o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com a legislação federal em vigor.

Parágrafo único. Cabe ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente conceder os certificados de que trata esta Lei. (NR)"

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em, 18 de setembro de 2006

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFGABJM 540/06

Florianópolis, 11 de outubro de 2006

Ao

Exmo. Sr.

JULIO GARCIA

DD. Presidente da ALESC

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar licença sem vencimento a partir da presente data, retornando às atividades em 11 de dezembro do corrente ano.

O motivo do presente pedido se faz em virtude de razões particulares.

Atenciosamente,

JORGINHO MELLO

Deputado Estadual - PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 17/10/06

*** X X X ***

Ofício nº 0451/06

Florianópolis, 11 de outubro de 2006

Exmo. Sr.

Deputado Júlio Garcia

Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para solicitar licença não remunerada, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar desta data, para tratar de assuntos particulares.

Certo da atenção e providência de Vossa Excelência, firmo-me.

Atenciosamente,

Gilmar Knaesel

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 17/10/06

*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 005/2006

Altera dispositivos da Constituição do Estado de Santa Catarina para abolir o voto secreto das deliberações da Assembléia Legislativa.

Art. 1º Os dispositivos da Constituição Estadual abaixo enumerados passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36 -

Parágrafo único. É vedado o voto secreto nas deliberações da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. (INCLUÍDO).

Art. 40 -

.....

.....

XXIII - Aprovar, previamente, após arguição pública, a escolha dos: (NR)

XXIV - destituir, por deliberação da maioria absoluta, na forma da lei complementar, o Procurador - Geral de Justiça; (NR)

Art. 42 -

.....

§ 3º - No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, a Assembléia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa. (NR)

Art. 44 -

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Assembléia Legislativa, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 54 -

§ 4º - O veto será apreciado pela Assembléia Legislativa dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados. (NR)

Art. 68 -

§1º - *Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da ultima vaga, pela Assembléia Legislativa. (NR).*

Art. 4º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Lido no Expediente

Sessão de 17/10/06

JUSTIFICATIVA

A presente emenda constitucional concretiza, no âmbito de nosso Estado, o clamor popular que vem exigindo o fim do voto secreto nas deliberações das casas parlamentares.

A proposta segue a mesma estrutura recentemente aprovada pela Câmara dos Deputados, que através da PEC nº 349-B/2001 também vem promovendo esforços pelo fim do voto secreto nas deliberações parlamentares.

Tal propositura coaduna-se com os demais princípios constitucionais, posto que o voto secreto mostra incompatibilidade com o princípio da representação popular, devendo-se impor ao representante a transparência de seus atos e a conseqüente prestação de contas com seu eleitor.

Esta situação, aliás, foi bem analisada pelo Deputado Federal José Eduardo Cardozo, que realiza um breve resgate histórico do voto secreto em seu parecer acerca da PEC nº 349-B/2001, *vebis*:

"A instituição do voto secreto nas deliberações do Poder Legislativo surgiu, no final do século XVII, como instrumento de defesa parlamentar contra pressões do Poder Executivo. A época, a democracia representativa se iniciava na Inglaterra, sendo necessário o estabelecimento de freios ao absolutismo até então exercido pelo monarca (...)

A evolução democrática, porém, impõe nos dias atuais novas exigências e novos imperativos a serem observados na estruturação e na atuação dos Poderes do Estado. Hoje, a transparência e a publicidade dos atos dos agentes públicos colocam-se como exigência impostergáveis para o exercício da cidadania."

Por tais razões, eperamos contar com o apoio dos nobres pares na aprovação da presente Proposta de Emenda Constitucional.

Deputado Francisco Assis

Deputado Pedro Baldissera

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Sergio Goldinho

Deputado Antonio Carlos Vieira

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Onofre Santo Agostini

Deputado Lício Silveira

Deputado Paulo Eccel

Deputado Odete de Jesus

Deputado Julio Garcia

Deputado Dionei Walter da Silveira

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 307/2006

Denomina Luiz Tadeu Librelato a Rodovia SC-447 que liga os Municípios de Lauro Muller e Treviso.

Art. 1º Fica denominado Luiz Tadeu Librelato o trecho da Rodovia SC-447 que liga os Municípios de Lauro Muller e Treviso.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Julio Garcia

Lido no Expediente

Sessão de 17/10/06

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por escopo render uma justa e merecida homenagem a Luiz Tadeu Librelato expressiva liderança do sul do Estado que muito fez pela sociedade catarinense e em especial pelas cidades de Lauro Muller e Treviso.

Luiz Tadeu Librelato era o atual Vice-Prefeito de Lauro Muller e, dentre inúmeras ações de caráter geral, saneou as finanças públicas para garantir recursos em investimentos sociais, restabeleceu a credibilidade do Município perante fornecedores, Governo Estadual, Governo Federal e organismos internacionais, foi um grande incentivador na pavimentação de rodovias estaduais e combateu, de forma implacável, toda espécie de malversação do dinheiro público.

Empresário, comunicador, nascido na região, cidade de Orleans tendo fixado residência em Lauro Muller onde se tornou um nome de referência, respeitabilidade e credibilidade diante de toda comunidade local e regional, sendo exemplo de seriedade e amor à causa pública.

Esta homenagem justifica-se, especialmente, porque foi um grande defensor desta ligação entre Lauro Muller e Treviso, sendo um elo de integração muito defendido em sua gestão como Vice-Prefeito.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 311/06

Reconhece o Município de Ibituba como Capital Catarinense do *Windsurf* e *Kitesurf*.

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Ibituba como a Capital Catarinense do *Windsurf* e *Kitesurf*.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

JORGINHO MELLO

DEPUTADO ESTADUAL

Lido no Expediente

Sessão de 11/10/06

JUSTIFICATIVA

O projeto que ora submeto à apreciação desta Casa tem por escopo reconhecer o Município de Ibituba como a Capital Catarinense do *Windsurf* e *Kitesurf*.

A Associação de *Windsurf* e *Kitesurf* de Ibituba promove anualmente, há 12 anos, a mais tradicional competição destas modalidades esportivas no país, que além de competidores das demais unidades da federação participam atletas de outros países, a exemplo de Kauli Seadi, Campeão Mundial de *Windsurf Wave*.

A praia de Ibituba possui as condições naturais propícias à prática desses esportes, que conquistam cada vez mais adeptos. A prática dos esportes divulga o Município, aumenta o fluxo de turistas e devido à natureza dos mesmos disseminam a conscientização ecológica.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 312/2006

Institui o dia 29 de novembro como Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino.

Art. 1º Fica instituído o dia 29 de novembro como Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino.

Art. 2º O Governo do Estado e a Assembléia Legislativa promoverão atividades alusivas à efeméride.

Parágrafo único - Estas atividades serão desenvolvidas conjuntamente com entidades árabe-brasileiras sediadas no Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis - SC, de outubro de 2006.

Afrânio Boppré

Deputado Estadual - PSOL/SC

Lido no Expediente

Sessão de 17/10/06

JUSTIFICATIVA

No dia 29 de novembro comemora-se o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. Esta data não foi escolhida por acaso, ela relembra o dia em 1947, quando a Assembléia Geral da ONU aprovou a divisão da Palestina em dois Estados: O Estado de Israel (judeu) e o Estado da Palestina (árabe). O segundo - o palestino - jamais se realizou. A partilha não foi aceita, pois coube ao Estado de Israel um território maior e mais fértil e, desde a proclamação do Estado de Israel, os conflitos se agravaram.

A História da Palestina não é simples. É disputada por dois povos: palestinos e judeus, ambos descendentes de Abraão, a quem, segundo a Bíblia, teria sido prometida a terra de Canaã. A origem do povo palestino remonta aos tempos bíblicos, quando cananeus, filisteus e outros povos habitavam a região. As conquistas islâmicas do ano 636 até 1917 deram-lhes as atuais características árabe-muçulmanas. O território foi sucessivamente invadido, mas a população original permaneceu na Palestina e deu-lhe o seu nome: "Filistin" (Terra de Gigantes).

A proclamação do Estado de Israel em 15 de maio de 1948 seguiram-se seis guerras. Massacrando aldeias inteiras os israelenses foram ocupando gradativamente o território do eventual Estado Palestino, até a totalidade. A maior parte da população palestina foi expulsa. Nem sempre bem recebidos nos países vizinhos, os exilados, desesperados, criaram grupos para, com seus atentados muitas vezes suicidas, atacar Israel é chamar atenção do mundo ao problema palestino.

Pelos Acordos de Oslo, em 1993, foi criada a Autoridade Nacional Palestina, uma espécie de experiência de um governo parcial palestino por cinco anos, findos os quais, seria criado o Estado da Palestina. Pelo acordo original, o prazo venceu em maio de 1999, mas tem sido constantemente adiado porque as partes não chegaram a um consenso sobre várias questões como a retirada das tropas israelenses das áreas ocupadas e, principalmente a questão sobre Jerusalém, reivindicada pelos dois povos como capital.

Iasser Arafat comunicou a proclamação do Estado da Palestina para 13 de setembro de 2.000, "com ou sem acordo", porém não alcançou êxito. Frustrados e desiludidos, os palestinos reagiram especialmente após a provocação do general Ariel Sharon, chamado "o general assassino" por comandar diversos massacres contra os palestinos, entrando na Mesquita de Jerusalém com seus seguranças, de forma desrespeitosa. Os noticiários mostram imagens chocantes: os palestinos, em sua maioria crianças e adolescentes, atacando com pedras um exército israelense armado com tanques e mísseis, contrariando a maioria dos israelenses que, de acordo com as pesquisas, é favorável à criação do Estado Palestino.

A esperança de paz na região depende de o povo palestino ver assegurado o seu direito de existir numa terra que é sua, onde seus direitos sejam respeitados e para onde possam voltar os exilados. A solução depende de ações efetivas e permanentes de solidariedade a esse povo que tanto merece o apoio dos catarinenses.

Por tais razões, esperamos contar com o apoio dos eminentes colegas deputados para a aprovação do presente Projeto de Lei que institui o Dia 29 de novembro como o Dia Catarinense de Solidariedade ao Povo Palestino.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 313/2006

Declara de utilidade pública a Associação Palhocense de Beneficência Social e Caridade - APADESC, do Município de Palhoça.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Palhocense de Beneficência Social e Caridade - APADESC, do município de Palhoça.

Art. 2º - À Entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, de outubro de 2006.

ANA PAULA LIMA
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 17/10/06

JUSTIFICATIVA

A Associação Palhocense de Beneficência Social e Caridade - APADESC, fundada em 02 de julho de 2006 é uma associação sem fins lucrativos econômicos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede e foro no Município de Palhoça.

A APADESC tem por finalidade:

- proporcionar serviços gratuitos e permanentes, na área educacional e alimentar às crianças, jovens carentes e cidadãos menos favorecidos de Palhoça-SC, sem qualquer discriminação de clientela e de acordo com o plano de trabalho, aprovado pelo CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social);
- oportunizar oficinas de profissionalização para adolescentes, jovens e adultos;
- resgatar a cultura do povo e a preservação da natureza;
- promover atividades sociais, culturais e esportivas, tendo em vista o desenvolvimento comunitário.

Anexo ao presente, seguem a documentação exigida pela lei nº 10.436, de 01/07/1997.

Assim, solicitamos o acolhimento deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº PL./0314.5/2006

Declara de utilidade pública a Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, de Blumenau.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, com sede e foro na Cidade e Comarca de Blumenau.

Art. 2º - À Entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, de outubro de 2006.

ANA PAULA LIMA
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 17/10/06

JUSTIFICATIVA

A Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, fundada em 08 (oito) de setembro de 2004, é uma sociedade civil de direito privado, de caráter pedagógico e de assistência social, sem fins lucrativos, que tem como fundamentos a Lei Orgânica da Assistência Social e o Estatuto da Criança e do Adolescente que se regerá pelo presente Estatuto, pela legislação federal, estadual e municipal de proteção aos direitos das crianças e adolescentes, bem como as decisões e diretrizes do Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Assistência Social e demais legislações pertinentes.

A Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo terá duração por tempo indeterminado, e tem por finalidade:

I) promover a assistência social nas áreas da educação, saúde, infância e adolescência;

II) difundir atividades educativas, culturais e científicas realizando pesquisas, conferências, seminários, cursos, formação e capacitação, editando publicações, vídeos, processamento de dados, assessoria técnica no campos educacional e sócio-cultural, bem como comercialização de publicações, vídeos, serviços e assessoria, programas de informática, camisetas, adesivos, materiais destinados a divulgação e informação sobre o objeto da Associação, desde que o produto desta comercialização reverta integralmente para realização desses objetivos;

III) estimular a parceria e o diálogo local e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais;

IV) congregiar pessoas físicas e/ou jurídicas que se sensibilizem com os problemas da criança e do adolescente visando principalmente, a implementação de políticos de direitos humanos da criança e do adolescente;

V) propiciar, a título universal e gratuito e/ou subsidiado, assistência pedagógica e sócio-assistencial às crianças e adolescentes que dela necessitem, tendo acesso, incondicional, as crianças e adolescentes em situação de risco e exclusão social.

Anexo ao presente, seguem a documentação exigida pela lei nº 10.436, de 01/07/1997.

Assim, solicitamos o acolhimento deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de outubro de 2006.

*** X X X ***

PORTARIAS DAT

PORTARIA DAT Nº 026, de 17/10/2006

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E DE TECNOLOGIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR a servidora **Bernadete Albani Leiria**, matrícula nº 1998, para exercer a função de Pregoeira, e o servidor **Helio Estefano Becker Filho**, matrícula nº 1332, na função de Pregoeiro substituto no Pregão nº 029/2006, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **Antônio Henrique Costa Vianna**, matrícula nº 1877, **Sinara Lúcia Valar Dal Grande**, matrícula nº 2169, **Valter Euclides Damasco**, matrícula nº 0947, **Adriana Lauth Gualberto**, matrícula nº 0775 e **Reinhard Richter**, matrícula nº 0937, nos termos do Edital de Pregão nº 029/2006.
Arnaldo Venício de Souza
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA DAT Nº 027, de 17/10/2006

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E DE TECNOLOGIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR o servidor **Antônio Henrique Costa Bulcão Vianna**, matrícula nº 1877, para exercer a função de Pregoeiro, e o servidor **Helio Estefano Becker Filho**, matrícula nº 1332, na função de Pregoeiro substituto no Pregão nº 030/2006, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **Bernadete Albani Leiria**, matrícula nº 1998, **Sinara Lúcia Valar Dal Grande**, matrícula nº 2169, **Valter Euclides Damasco**, matrícula nº 0947, **Adriana Lauth Gualberto**, matrícula nº 0775 e **Reinhard Richter**, matrícula nº 0937, nos termos do Edital de Pregão nº 030/2006.
Arnaldo Venício de Souza
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA DAT Nº 028, de 17/10/2006

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E DE TECNOLOGIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR o servidor **Helio Estefano Becker Filho**, matrícula nº 1332, para exercer a função de Pregoeiro, e a servidora **Bernadete Albani Leiria**, matrícula nº 1998, na função de Pregoeiro substituto no Pregão nº 031/2006, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **Antônio Henrique Costa Bulcão Vianna**, matrícula nº 1877, **Sinara Lúcia Valar Dal Grande**, matrícula nº 2169, **Valter Euclides Damasco**, matrícula nº 0947, **Adriana Lauth Gualberto**, matrícula nº 0775 e **Reinhard Richter**, matrícula nº 0937, nos termos do Edital de Pregão nº 031/2006.
Arnaldo Venício de Souza
Diretor

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1262, de 17/10/2006

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, que passam do "Gabinete do Deputado Gilmar Knaesel" para o "Gabinete da Deputada Simone Schramm", a partir de 11/10/06.

Matr	Nome do Servidor	Código/Nível
5096	Jacira Correa Leopold	PL/GAB-21
2679	Debora Kunz	PL/GAB-65
2710	Mariangela Bresola de Alencastro	PL/GAB-55
2756	Roger Luiz Siewerd	PL/GAB-55
3363	Noeli de Fatima Vieira Thome	PL/GAB-27
3533	Luciano Berri Junior	PL/GAB-55
3546	Ozeas Mafra Filho	PL/GAB-55
3676	Arnaldo Santana Filho	PL/GAB-21
3824	Valquiria Silva Vaz	PL/GAB-35
3950	Cassandro Baptista Candido	PL/GAB-48
4159	Sonia Terezinha Leandro Paul	PL/GAB-48
4530	Danilo Inacio Adam	PL/GAB-24
4700	Mirela Cristina Matos	PL/GAB-48
4799	Edith Schramm	PL/GAB-32
4822	Ivan Matos	PL/GAB-46
4872	Valdelino Kuhnen	PL/GAB-14
4902	Maria da Rosa Leandro	PL/GAB-24
4952	Joao David de Borba	PL/GAB-24
4954	Niilo Sergio Cordova	PL/GAB-43
4963	Vanessa Almeida Rodrigues de Moraes Camargo	PL/GAB-04

Desio Muller
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1263, de 17/10/2006

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência, relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do "Gabinete do Deputado Gilmar Knaesel" para o "Gabinete da Deputada Simone Schramm", a partir de 11/10/06.

Matr	NOME DO SERVIDOR
0851	Altamiro Osmar Koerich
1079	Gerson da Rosa
1157	Leda M. S. Faustino da Silva
1530	Maria Jose Werner Salles
1841	Sonia Maria dos Passos
2038	Angela Maria Back Koerich
2063	Maria Elisabete Moreira

Desio Muller
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1264, de 17/10/2006

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE:

DISPENSAR **ANGELA MARIA BACK KOERICH**, matrícula nº 2038, da Função de Confiança - PL/FC-3, a partir de 11/10/06 (Deputado Gilmar Knaesel).

Desio Muller
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1265, de 17/10/2006

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE: *nos termos do artigo 17, parágrafo único e, em consonância com os anexos III a III-C, da Resolução nº 002/2006,*

DESIGNAR **ANGELA MARIA BACK KOERICH**, matrícula nº 2038, para exercer Função de Confiança - PL/FC-3, a partir de 11/10/06 (Deputada Simone Schramm).

Desio Muller
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº de 1266, de 17/10/2006

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE:

Excluir da Portaria nº 1170, de 25/09/2006, o servidor **JOÃO PACHECO DOS REIS**, matrícula nº 0873.

Desio Muller
Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1267, de 17/10/2006 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARCIA BITTENCOURT**, matrícula nº 1401, por 90 (noventa) dias, a partir de 11/09/06.

PORTARIA Nº 1268, de 17/10/2006 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MAX ANTUNES DA CRUZ**, matrícula nº 0933, por 60 (sessenta) dias, a partir de 17/09/2006.

PORTARIA Nº 1269, de 17/10/2006 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **MARIA LUIZA BRASIL**, matrícula nº 1134, por 30 (trinta) dias, a partir de 24/09/2006.

Desio Muller
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1270, de 17/10/2006

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE: *nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde)*

CONCEDER LICENÇA a **MÁRIO SÉRGIO SILVEIRA**, matrícula nº 4733, por 15 (quinze) dias, a partir de 27/09/06.

Desio Muller
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1271, de 17/10/2006

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Marcos Faria Ferreira	1204	3%	33%	23/09/06	1838/2006
Juarez da Silva	2748	3%	9%	19/08/06	1840/2006
Célio Cesar da Silva	0844	3%	36%	25/09/06	1849/2006
Magno Fernando Pamplona	3514	3%	30%	27/09/06	1867/2006
Odicelia Nascimento Moura	H. 2107	3%	21%	01/10/06	1904/2006
Rosalba Fiuzza Lima Scharf	2144	3%	24%	21/09/06	1905/2006
Mirian de Athayde F. Krieger	1363	3%	36%	29/09/06	1906/2006
Margareth Balsini Genovez	1439	3%	30%	18/09/06	1839/2006

Desio Muller
Diretor

*** X X X ***